

REVISTA DE SEGUROS

• CHINA ENFRENTA
DESAFIOS NA TRANSIÇÃO
DE SUA ECONOMIA

• OS SEGUROS QUE
MITIGAM RISCOS DE
PARALISAÇÃO DE OBRAS

• BALANÇO DO ANO E
PERSPECTIVAS DE 2023 DO
MERCADO SEGURADOR



COMBO DE TECNOLOGIAS COLOCA
AGRO NA VANGUARDA ASG

Cuidar de tudo que a gente ama.

É isso que o seguro faz pela gente.



FENSEG | FENAPREVI | FENASAÚDE | FENACAP

Acesse segurospratodos.com.br
para ver os tipos de seguros
e conhecer histórias reais
de quem já usou e indica.

SEGUROS,
PREVIDÊNCIA PRIVADA,
CAPITALIZAÇÃO E SAÚDE.

**PRA TUDO
E PRA TODOS**





06

ENTREVISTA

Diretora de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, Tatiana Prazeres, fala sobre os desafios da China com a redução da taxa de crescimento e a busca por proeminência geopolítica no mundo.



23

INFRAESTRUTURA

Concessões para modernizar portos, aeroportos e estradas, ampliar programas habitacionais e melhorar as áreas de energia, telecomunicações e saneamento reforçam papel do seguro para mitigar riscos.



32

CRIMINALIDADE

Aumento de roubos a estabelecimentos comerciais e a residências e a explosão dos casos de estelionato eletrônico impactam a sinistralidade das carteiras, além de influenciar a política de gestão das seguradoras.

12

AGRONEGÓCIO

O uso de tecnologias digitais e os insumos biológicos são fundamentais para aumentar a produção da agricultura brasileira e alimentar a população mundial, que chegou a 8 bilhões de pessoas.



36

FIDES

A edição brasileira da Fides 2023, que acontece no Rio de Janeiro, reinaugura os grandes eventos de seguros pós-pandemia e fortalece a posição do País como o maior mercado segurador da América Latina.



16

PERSPECTIVAS 2023

Mercado de seguros tem expectativa de fechar o ano com crescimento de 15%, reforçando sua importância para o desenvolvimento do País e a proteção das pessoas. Setor devolveu à sociedade quase R\$ 400 bilhões em 2021.



28

ROUBOS NO CAMPO

Renagro: base de dados nacionais, criada pelo Governo Federal em março, reúne informações sobre veículos agrícolas e deverá reduzir furtos, roubos e outras ocorrências, levando mais segurança ao campo.



42

MOEDA DIGITAL

Com lançamento previsto para o ano que vem, Real Digital promete revolucionar os novos modelos de negócios. A moeda terá lastro e garantia do BC e do Governo e vai impactar eficiência dos seguros.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, Denis dos Santos Morais, Edson Luis Franco e Manoel Antonio Peres

VICE-PRESIDENTES

Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

DIRETORES

Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas Vélloso dos Santos, Patricia Chacon Jimenez, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo Lins, Glauce Carvalho

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Bianca Rocha, Carla Severino, Chico Santos, Gabriel Oliven, Fernanda Thurler, Jorge Clapp, Mariana Santiago, Mário Moreira e Michel Alecrim

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, divulgação de empresas e Vinicius Kuromoto.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 1.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça a Conjuntura CNseg

Análise mensal que
avalia aspectos
econômicos, políticos,
sociais que podem
influenciar o Setor
Segurador Brasileiro.



Acesse, leia e faça download
de todas as edições.

cnseg.org.br



TECNOLOGIAS E INSUMOS BIOLÓGICOS COLOCAM AGRO NO PROTAGONISMO DAS QUESTÕES ASG E DO SEGURO

“O mercado de seguros apresenta-se como um aliado de primeira hora no esforço para assegurar a modernização de portos, aeroportos e estradas”

O agronegócio brasileiro está a caminho de assumir a vanguarda nas questões ASG, por meio de tecnologias digitais e de insumos biológicos inovadores. A matéria de capa da Revista de Seguros examina algumas dessas soluções, capazes de colocar a lavoura em outro patamar em termos de sustentabilidade, produtividade e produção. O combo de tecnologias (novas variedades de sementes, defensivos e fertilizantes biológicos, agropecuária de precisão, 5G, nanotecnologia, agrotech etc.) pavimenta um caminho sem volta em respostas às exigências dos mercados globais, ao oferecer soluções assertivas para a mitigação dos impactos ambientais. Positivamente, uma nova onda verde varre o campo, reduzindo sua dependência de produtos químicos à base do petróleo, e pronta para dar saltos na produtividade, com a manutenção ou redução da área agricultável.

A transição econômica da China é outro destaque nesta edição. A diretora de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Tatiana Prazeres, em entrevista, avalia os desafios internos e externos da potência asiática nas próximas décadas. A começar pelas taxas de crescimento menores, com inevitável repercussão internacional — inclusive para

o Brasil —, passando por delicadas questões geopolíticas. O país pretende ser uma economia pós-industrial, em que o consumo doméstico seja o protagonista do crescimento econômico. A China será a maior economia do mundo em algum momento, ratifica a especialista.

Outra reportagem da nossa Revista analisa o papel do seguro como mitigador dos riscos de paralisação de obras de infraestrutura. Até outubro, no País havia 7.862 obras paralisadas, segundo o Tribunal de Contas da União, enquanto novas licitações são organizadas. O mercado de seguros apresenta-se como um aliado de primeira hora no esforço para assegurar a modernização de portos, aeroportos e estradas, bem como para melhorar os programas habitacionais e de telecomunicações, energia e saneamento básico.

A última edição da Revista de Seguros consulta também as principais lideranças do mercado para avaliar o desempenho do setor no ano e as perspectivas de 2023. O consenso é que o setor, após o desempenho positivo nesse ano, continuará dinâmico nos próximos exercícios. Por fim, trazemos há alguns *spoilers* sobre a próxima Conferência Hemisférica da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (Fides), em setembro de 2023, no Rio de Janeiro, e os planos da CNseg para transformá-la numa edição histórica. Boa leitura!

DESACELERAÇÃO CHINESA É NATURAL E RESULTA DE MÚLTIPLOS FATORES

Locomotiva da economia global nas últimas décadas, a China vive um momento de enormes desafios interna e externamente. Enquanto suas taxas de crescimento começam a ser suavizadas, com inevitável repercussão internacional — inclusive para o Brasil —, o gigante asiático tenta reduzir os contrastes sociais em seu território, perseguindo a chamada “prosperidade comum”. Paralelamente, procura aumentar sua influência no mundo.

Para Tatiana Prazeres, diretora de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e uma das maiores especialistas brasileiras em China, a segunda economia do planeta passa por um processo natural de desaceleração, após longo período de crescimento elevado.

Ao mesmo tempo, afirma ela, o governo local busca corrigir rumos econômicos, “particularmente cortando o que entende como excessos

na atuação do setor privado”, mesmo que isso signifique perdas para as empresas chinesas e desconfiança por parte dos investidores externos. Em meio a esse processo, há o desafio de zerar as emissões de gases do efeito estufa até 2060 — a China, maior emissora mundial, tem o carvão como principal componente de sua matriz energética.

No âmbito geopolítico, diz a economista, as ambições chinesas não são pequenas. “Como potência ascendente, é natural que encontre resistência das potências estabelecidas e, nesse cenário, o ambiente externo torna-se mais desafiador para a China.”

Como muitos analistas, Tatiana Prazeres tem afirmado ser uma questão de tempo a China tornar-se a primeira economia do mundo. Ela conhece o tema bem de perto. Doutora em Relações Internacionais e ex-secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, lecionou na Universidade de Economia e

Negócios Internacionais em Pequim de 2019 a 2021. Leia a seguir a entrevista na íntegra.

Após quatro décadas de crescimento acelerado, a China tem dado sinais de desaceleração, em parte por causa do lockdown rigoroso na pandemia, mas também por ajustes na política econômica. Quais os impactos da desaceleração para o mundo?

Na China, o PIB per capita médio passou de menos de US\$ 200 no início do processo de abertura econômica, ao final dos anos 1970, para atingir atualmente mais de US\$ 12 mil. Em boa medida, uma desaceleração agora é natural, sobretudo porque a base da economia chinesa é muito maior que a do passado. É impossível sustentar um ritmo de crescimento de dois dígitos sobre um PIB que hoje supera US\$ 15 trilhões. Ao mesmo tempo, o governo chinês tem buscado corrigir rumos econômicos, particularmen-



“É impossível sustentar um ritmo de crescimento de dois dígitos sobre um PIB que supera US\$ 15 trilhões. O governo chinês busca corrigir rumos econômicos, cortando excessos do setor privado.”



te cortando o que entende como excessos na atuação do setor privado. Nos últimos dois anos, um grande festival regulatório afetou não apenas as *big techs*, mas setores da educação e da construção civil, além de vários outros. Houve medidas para conter abusos na área trabalhista, como a prática do 996 – jornadas de trabalho das 9h da manhã às 9h da noite, seis dias por semana. Houve novas regulações sobre concorrência, algoritmos, política de dados e privacidade. Passou a haver mais restrições para a abertura de capital de empresas chinesas no exterior. Houve inclusive o banimento de criptomoedas. O governo defende ajustar o rumo em favor de um crescimento mais saudável, mas os críticos veem no movimento o potencial de sufocar o espírito empreendedor chinês. Empresas do país perderam mais de US\$ 1 trilhão em valor de mercado em 2021, afetadas sobretudo por essas mudanças regulatórias profundas. De qualquer forma, fica claro que o governo está disposto a

encarar os custos econômicos em prol das mudanças que pretende fazer.

Como deverá ser a expansão da economia chinesa neste ano?

Uma trajetória de crescimento mais lento na China é resultado de múltiplos fatores (inclusive o demográfico, por exemplo) e não apenas das medidas recentes. As repercussões são globais, porque, por muito tempo, o país atuou como o motor do crescimento econômico mundial. Em 2022, diferentemente do passado, a expansão da economia chinesa deverá tão somente acompanhar a taxa do crescimento global — de 3,2%, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse contexto, a capacidade de a China alavancar a expansão global, como fez no passado, é naturalmente menor.

No caso do Brasil, quais os efeitos desse desaquecimento, levando em conta

“Em 2022, diferentemente do passado, a expansão da economia chinesa deverá tão somente acompanhar a taxa do crescimento global – de 3,2%, segundo estimativa do FMI.”



que a China é hoje o maior parceiro comercial do país?

De forma geral, a nova trajetória de crescimento da China afeta negativamente as perspectivas de expansão da economia global, e isso não ajuda o Brasil. De forma específica, a demanda mais fraca da China afeta as importações do país e, portanto, as exportações brasileiras para lá. A menor demanda chinesa tem o potencial de impactar tanto os preços internacionais de produtos exportados pelo Brasil quanto o volume do que se exporta. No entanto, o efeito não é homogêneo — cada produto tem sua própria dinâmica. Em grandes linhas, vale destacar que a trajetória de crescimento mais baixo do país sinaliza que o período de expansão acelerada das nossas vendas para a China dificilmente se sustentará. A China seguirá sendo um destino importantíssimo das

exportações brasileiras — respondeu por cerca de 30% do total em 2021 —, mas será difícil manter o dinamismo de crescimento do passado.

A China adotou nas últimas décadas um regime econômico ainda pouco compreendido no Ocidente, que combina desenvolvimento industrial e inovação tecnológica, ganhos de produtividade, fortalecimento do mercado interno e dirigismo estatal. Muitos chamam esse modelo de “capitalismo de Estado”. Quais os fundamentos desse sistema?

Capitalismo de Estado, socialismo de mercado são expressões que buscam capturar a complexidade do modelo chinês, que, de fato, é único. O governo chama seu modelo de socialismo com características chinesas, o que tam-

pouco diz muito. O que caracteriza esse modelo é a centralidade do Partido Comunista na vida econômica e na política do país. O Estado-partido fez a abertura econômica sem abrir mão do controle político e garantiu crescimento sustentado ao longo de quatro décadas. Esse processo não se deu sem custos, por exemplo, para o meio ambiente. O modelo agora passa por ajustes, em razão dos desafios internos e externos. Nesse processo, o certo é que o partido pretende manter o monopólio do poder político no país. A resiliência do partido centenário e sua capacidade de continuar entregando resultados à população seguirão sendo testados.

O presidente Xi Jinping está iniciando um inédito terceiro mandato. Os ajustes na economia podem se accele-



“A China seguirá sendo um destino importantíssimo das exportações brasileiras – respondeu por cerca de 30% do total em 2021–, mas será difícil manter o dinamismo de crescimento do passado.”

rar no sentido de mais intervenção do Estado, em nome da chamada “prosperidade comum”? Isso afastaria investidores externos?

A ideia de prosperidade comum ganhou destaque na China desde o ano passado, fundamentando políticas públicas em diferentes áreas. O objetivo é combater a desigualdade e fortalecer a classe média ou, como indicaram as autoridades, o esforço é o de construir uma “sociedade em formato de azeitona” — com extremidades pequenas e uma classe média grande no centro. Entre 2020 e 2021, o governo chinês atuou, por exemplo, para baixar os custos de educação, combater a especulação imobiliária e conter o poder das grandes empresas, especialmente no setor de tecnologia. Neste ano, enquanto o setor privado se adapta

às mudanças, outros fatores afetam a confiança das empresas, especialmente as estrangeiras. Uma pesquisa realizada pela Câmara de Comércio da União Europeia na China, em 2022, revelou que 42% das empresas participantes, firmas europeias presentes na China, constataram perdas por barreiras regulatórias. Ainda 50% das empresas afirmaram que o ambiente de negócios se tornou mais politizado do que em 2020. Em razão de novas regulações, mas também pelo contexto geopolítico e, principalmente, pela política de Covid zero, 60% dos participantes pontuaram que o ambiente de negócios na China tornou-se mais difícil no último ano. Ainda assim, dois terços das empresas europeias viram suas receitas na China crescerem em 2021. A China tem se tornado um mercado muito mais desafiador, mas a realidade é que muitas

empresas estrangeiras não se podem dar ao luxo de ignorar esse mercado.

Apesar do crescimento econômico, a China apresenta ainda grandes contrastes sociais em seu território. Quais os desafios e como o governo chinês enfrenta essa questão?

Os maiores contrastes estão entre a população urbana e a rural, entre a região litorânea e o interior. O PIB per capita nas províncias costeiras de Jiangsu e Fujian é, respectivamente, de cerca de US\$ 17,5 mil e US\$ 15,3 mil. Em Gansu e Guangxi, províncias mais pobres do interior, esse valor cai para aproximadamente US\$ 6,4 mil e US\$ 5,3 mil. A migração é controlada dentro da China e, portanto, o cidadão que decide deixar o campo para viver numa cidade



costeira e rica encontra dificuldades. A principal delas é que o registro de nascimento de um chinês, o *hukou*, uma espécie de passaporte interno, determina em que cidade da China ele tem acesso a serviços públicos gratuitos, como saúde e educação. Muitos atribuem ao sistema de *hukou* as desigualdades no país. Ao mesmo tempo, a urbanização planejada ajudou a evitar males comuns em outros países com megalópoles. Até 2010, a China era predominantemente rural — o que ajuda a entender a preocupação com urbanização ordenada. Há várias iniciativas para se reduzir a brecha campo-cidade, mas as diferenças ainda são notáveis.

A ênfase no desenvolvimento tecnológico, tão estratégico para a China, vai continuar?

A ênfase em tecnologia vai ser redobrada. Há a competição com os EUA — e a guerra dos chips é emblemática dessa disputa que combina tecnologia, economia e geopolítica. No último Congresso do Partido Comunista, a expressão “ciência e tecnologia” foi mencionada impressionantes 44 vezes no discurso de Xi Jinping. Autossuficiência e segurança nacional são dois conceitos cada vez mais associados à tecnologia na China. O Fundo de Investimentos em Circuitos Integrados da China é de mais de US\$ 150 bilhões, com o objetivo de alcançar uma autonomia de 80% da demanda interna de semicondutores até 2030. É muito clara a ênfase em desenvolvimento tecnológico na China, sobretudo nos últimos dez anos. A política “Made in China 2025” reflete as ambições tecnológicas do país. Chamam atenção a digitalização rápida e a prio-

ridade conferida à inteligência artificial. Houve avanços notáveis no programa espacial chinês, com sondas pousando na Lua e em Marte, além do progresso na construção de uma estação espacial própria, e em computação quântica. Se tecnologia já era prioridade quando o ambiente externo era mais favorável à China, o aumento da rivalidade geopolítica torna as autoridades ainda mais convencidas disso.

E na pauta de costumes? O governo pretende intervir mais?

A presença do Partido Comunista cresceu não apenas na economia, mas também na sociedade. Vou dar um exemplo com algo aparentemente menor, mas indicativo da mudança. Uma geração de chineses seguiu com grande interesse

a série “Friends”, exibida na China a partir de 2002, inclusive para aperfeiçoar o inglês. No ano passado, numa reexibição da série, os fãs mais atentos notaram que foram cortadas cenas que remetiam a temas LGBT ou que tinham conotação sexual mais explícita — e essas cenas haviam sido exibidas integralmente cerca de 20 anos atrás. No Politburo chinês recém-anunciado, não há uma única mulher entre os 24 membros — e, nos últimos 25 anos, sempre houve uma mulher no grupo. A pauta de costumes na China não se limita a isso, mas as questões de gênero exemplificam bem como têm sido reforçados os papéis tradicionais na sociedade chinesa.

A China é um dos principais poluidores do planeta. A questão climática pode ser um obstáculo ao desenvolvimento chinês? A excessiva dependência do carvão não é um problema?

A China é responsável por cerca de 28% das emissões globais de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, não é trivial reduzir a dependência do carvão, que responde por quase 60% da matriz energética no país. Em 2020, Pequim anunciou a meta de começar a reduzir emissões até 2030 e zerá-las até 2060. Para isso, investe em energias verdes, mercado de carbono, novas tecnologias e metas para autoridades. O país sabe que está especialmente exposto aos riscos das mudanças climáticas e vê oportunidades para se posicionar como peça-chave na nova economia que se confirma a partir da transição energética — inclusive já é um grande provedor das tecnologias que viabilizam essa transição. Ocorre que, sobretudo em razão das tensões geopolíticas, do risco de apagões e da preocupação em garantir um crescimento econômico decente, o tema da segurança energética ganhou ainda mais importância nos últimos meses. Isso favorece o carvão, abundante no país, e o petróleo mais barato proveniente da Rússia. Ainda que tenha havido a orientação pró-descarbonização, no curto prazo esse objetivo compete, com viés de baixa, com outras prioridades na China.

Do ponto de vista geopolítico, a China tem se aproximado da Rússia, além



“A China responde por cerca de 28% das emissões globais de gases de efeito estufa. Mas não é trivial reduzir a dependência do carvão, que responde por quase 60% da matriz energética no país.”

de fazer reiteradas ameaças a Taiwan e alertas ao Ocidente. Na economia, estabeleceu importantes laços com a América Latina e a África. Na cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, Xi Jinping pediu uma ordem internacional “mais justa e racional” e disse que os países devem abandonar a política de blocos e apoiar um sistema internacio-

“Nos dez anos de Xi Jinping, a política externa chinesa tornou-se mais assertiva. O país passou a ser a primeira potência comercial e a principal fonte de financiamento bilateral no mundo.”

nal “com a ONU no centro”. Quais as reais ambições chinesas?

As ambições chinesas em matéria de política externa não são pequenas — mas são correspondentes a um país que tem 1,4 bilhão de habitantes e que é a segunda potência econômica do mundo. Pequim entende que está em condições de sentar-se à mesa da política internacional e dar as cartas também. A China tem atuado para reformar regimes e organizações existentes, como a Organização Mundial do Comércio e o FMI. Mas também tem liderado iniciativas próprias, como a Nova Rota da Seda e o Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento. Como potência ascendente, é natural que encontre resistência das potências estabelecidas e, nesse cenário, o ambiente externo torna-se mais desafiador à China. Nos dez anos de Xi Jinping, a política externa chinesa tornou-se mais assertiva. O país passou a ser a primeira potência comercial e a principal fonte de financiamento bilateral no mundo, o que contribui para sua influência no mundo em desenvolvimento e, claro, acirra tensões com o mundo desenvolvido. Abriu-se um novo capítulo de rivalidade estratégica entre China e EUA, e essa relação definirá a ordem internacional deste século.

OS DESAFIOS DO AGRO BRASILEIRO PARA CRESCER COM SUSTENTABILIDADE

A expectativa da ONU é que o País siga aumentando a produção para ter papel cada vez mais relevante na alimentação da população mundial.

O Brasil alcançará em 2023 novo recorde de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos). Segundo a primeira estimativa do IBGE, a safra será de 288,1 milhões de toneladas, 25,3 milhões acima do também recorde de 2022. O País segue disputando a terceira colocação entre os maiores produtores de grãos com a Índia e deverá manter a segunda colocação entre os maiores exportadores, atrás dos Estados Unidos.

A safra de grãos, 91,6% de soja, milho e arroz, é a mais visível, mas está longe de espelhar a totalidade da agricultura brasileira. Somente de cana-de-açúcar, da qual o País é o maior produtor mundial, a Conab projeta a safra 2022/2023 em 572,9 milhões de toneladas.

No conceito mais amplo da pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Nacional da Agricul-

tura (CNA), que engloba agricultura, pecuária, agroindústria e outros negócios relacionados com o campo, o PIB do agronegócio brasileiro somou R\$ 2,6 trilhões em 2021, quase 30% do PIB total calculado pelo IBGE (R\$ 8,7 trilhões).

A expectativa da ONU é que o País siga aumentando essa produção para ter papel cada vez mais relevante na alimentação da população mundial, que acaba de chegar a 8 bilhões de pessoas e chegará perto de 10 bilhões em 2050.

TECNOLOGIA E INSUMOS

Mas é possível seguir crescendo sem desmatar, dentro de parâmetros de sustentabilidade que contribuam para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, em alinhamento com as metas do Acordo de Paris, como reclamado na COP-27, que acaba de acontecer no Egito? Alguns especialistas de empresas e órgãos de pesquisas afir-

mam que sim e que a receita está no uso intensivo de tecnologias digitais e insumos biológicos.

“Há, sim, a possibilidade de aumentar a produtividade do Brasil com a manutenção da área atual agricultável. Hoje, a soja em ambiente perfeito pode chegar de 250 a 300 sacas por hectare, enquanto a média brasileira é de 55 sacas”, afirma Marcelo Zanchi, diretor de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do Agrogalaxy, varejista de insumos e serviços focado no esforço de avanço tecnológico sustentável do campo brasileiro.

É claro que essa produtividade mais de cinco vezes acima da média da soja, cereal do qual o Brasil é o maior produtor do planeta, ainda não chegou ao nível comercial, mas Zanchi ressalta que já existem produtores conseguindo colher comercialmente 120 sacas por hectare em áreas específicas de suas propriedades e alcançando 70 sacas de média geral.

Zanchi está à frente de uma equipe voltada para levar aos produtores rurais os últimos avan-



“Há, sim, a possibilidade de aumentar a produtividade do Brasil com a manutenção da área agricultável. Hoje, a soja em ambiente perfeito pode chegar de 250 a 300 sacas por hectare.”

Marcelo Zanchi, Agrogalaxy

ços em sementes, defensivos e fertilizantes biológicos, associados ao que existe de mais atual em termos de tecnologias digitais aplicáveis ao campo. Ele explica que os produtores que estão conseguindo alcançar a vanguarda da produtividade utilizam o que ele chama de “empilhamento de tecnologias”, combinando equipamentos e insumos de última geração.

“Se você conseguir aumentar a produtividade em 30% a 40% em dez anos, será reduzida em 30% a 40% a necessidade de áreas”, ressalta. Além disso, o pesquisador lembra que existem no País cerca de 60 milhões de hectares de pastagens degradadas, de um total de 100 milhões, que podem ser otimizados, reduzindo a necessidade de espaço para a pecuária e ampliando a área para soja, milho, arroz, trigo e outros cultivares.

O especialista explica que, no caso do Agrogalaxy, esse esforço para levar mais produtividade com sustentabilidade ao campo é suportado por equipes concentradas em centros tecnológicos que a empresa vem espalhando estrategicamente pelo País.

Atualmente, são três em funcionamento: em Londrina (PR), Alfenas (MG) e Jataí (GO) e cinco em estruturação: em Querência e Campo Novo dos Parecis (MT) e em Cerejeiras (RO), além de um no Mato Grosso do Sul e outro na região entre Tocantins, Pará e Matopiba

(área de intersecção entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

● ● ● **EMBRAPA NA ORIGEM**

Nascida em abril de 1973 como um desdobramento do antigo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está desde então no centro dos avanços alcançados pela agropecuária brasileira.

A pesquisadora sênior da Embrapa Agricultura Digital, Sílvia Massruhá, explica que desde o início a empresa estatal focou no desenvolvimento de novos cultivares compatíveis com os climas e os solos brasileiros, trazendo protagonismo ao País.

“O agro brasileiro sempre teve que pensar não só do ponto de vista econômico, mas também ambiental e social. O que ocorre é que os eventos extremos acabaram evidenciando isso para a sociedade em geral”, analisa Massruhá.

Ela destaca que, já a partir dos anos 1990, começou a intensificação da agropecuária de precisão, combinando biotecnologia, nanotecnologia e irrigação de precisão, entre outras técnicas. “Hoje, já falamos de uma nova onda, combinando o agro baseado em insumos biológicos, reduzindo a dependência da química do petróleo, e

tecnologia da informação, baseada primeiro na internet comercial dos anos 1990, na internet móvel do início deste século e, mais recentemente, na Internet das Coisas”, lista ela.

Segundo a pesquisadora, “é a interação desses mundos que está sendo trabalhada para que se possa continuar aumentando a produção e a produtividade de maneira sustentável”. Massruhá ressalta que esse esforço ocorre em um ambiente extremamente diverso em termos de clima, solos e possibilidades regionais de produção que vão “do açai ao zebu”.

Nessa riqueza de possibilidades, conforme ressalta a técnica da Embrapa, está um dos caminhos mais importantes para o desenvolvimento da agropecuária sustentável que vem sendo trilhado desde o início dos anos 1990, a Integração Lavoura-Pecuária (ILP) e, mais modernamente, a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).

Massruhá explica que essa integração beneficia todas as partes. A combinação de lavouras, soja e milho, por exemplo, recupera os solos e pode ser combinada com o plantio de braquiária para o gado, que ganha conforto com a sombra das árvores do reflorestamento. Segundo ela, existem atualmente cerca de 18 milhões de hectares das mais diversas combinações, e a meta é alcançar 30 milhões somente de ILPF até 2030.



FAÇA VOCÊ MESMO

A CropCare, braço da gigante da distribuição de insumos Trabalho Agro, controlada pelo fundo de investimentos Pátria, nasceu nesse ambiente de busca de produtividade com sustentabilidade e está focada na produção e distribuição de insumos biológicos para o agronegócio.

Marcelo Pessanha, CEO da empresa, explica que seu foco está em contribuir com inovação para o aperfeiçoamento daqueles agricultores que estão enxergando além do simples “extrativismo do solo”. “Eles não estão pensando na safra do ano, mas no seu sistema produtivo ao longo dos próximos anos”, define.

O modelo de produção de insumos customizado, batizado pela empresa de “Onfarm”, é uma das apostas recentes da CropCare. Pessanha explica que nesse modelo, voltado a produtores mais



“É a interação desses mundos (insumos biológicos e tecnologia) que está sendo trabalhada para que se possa aumentar a produção e a produtividade de maneira sustentável”.

Sílvia Massruhá, Embrapa

profissionalizados e bem estruturados, os insumos são produzidos dentro da própria fazenda, como alternativa à também possível fórmula de um produto preparado fora, que chega pronto no galão.

“O modelo permite que o agricultor prepare o fertilizante segundo as características do solo que pretende enriquecer, resultando em maior aproveitamento, o que compensa o investimento”. Como se trata de tecnologia recente, o executivo explica que ela começou a ser adotada em grandes propriedades, aquelas com gestão mais profissionalizada.

“Mas é um modelo totalmente aplicável a agricultores de portes menores”, ressalta. Segundo ele, o modelo já alcançou, por exemplo, estados como Rio Grande do Sul e Paraná, cujo modelo agrícola está focado, principalmente, em módulos de 300 a 500 hectares e que têm forte tradição de cooperativismo, o que permite compartilhar custos e facilitar a viabilização econômica do modelo.



“O modelo permite que o agricultor prepare o fertilizante segundo as características do solo que pretende enriquecer, resultando em um aproveitamento que compense o investimento”.

Marcelo Pessanha, CropCare

A CropCare investirá nos próximos três anos R\$ 100 milhões na implantação de uma fábrica nova na cidade paulista de Itápolis, que, somada às instalações já existentes em outros locais, deverá ter capacidade de atender até 50% do agro brasileiro, segundo Pessanha. A fábrica será o centro de um *hub* tecnológico que contará com uma universidade para capacitar pessoal no segmento de bioinsumos.



STARTUPS, 5G E SEGURO

O engenheiro agrônomo e pesquisador Sérgio Barbosa trabalha em um dos *hubs* de conhecimento mais tradicionais do setor agro brasileiro, a Escola Superior de Agricultora Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, localizada em Piracicaba (SP), um dos centros de excelência no setor, assim como Londrina, no Paraná. Segundo ele, “o produtor rural brasileiro sempre esteve interessado



“O produtor rural brasileiro sempre esteve interessado em novas tecnologias que melhorem sua produtividade e mitiguem o impacto ambiental. É uma característica do seu DNA.”

Sérgio Barbosa, Esalq/USP



em novas tecnologias que melhorem sua produtividade e mitiguem o impacto ambiental. É uma característica do seu DNA.”

É nesse terreno fértil que Barbosa vê a chegada cada vez mais densa das tecnologias novas, seja a da vertente digital, que traz informações rápidas e eficientes tanto para o trabalho direto na lavoura como para a tomada de decisões, seja a vertente dos bioinsumos, com o uso de fertilizantes orgânicos, de fungos e parasitas benéficos para o controle de pragas.

Na sua avaliação, a guerra entre Rússia e Ucrânia, apesar dos sofrimentos e transtornos trazidos, acabou sendo uma “janela de oportunidades” para que o Brasil pudesse avançar na substituição de fertilizantes químicos por biológicos, embora ainda seja cedo para avaliar o tamanho desse avanço.

No campo dos biodefensivos, Barbosa, que também é gerente-executivo da Esalqtec, afirma

que “o Brasil tem hoje a maior área de controle biológico do mundo, graças ao uso de microvespas para o controle da broca da cana-de-açúcar”. Assim como Sílvia Massruhá, da Embrapa, ele destacou a importância do manejo integrado dos solos como outro elemento importante desse pacote biotecnológico.

E para o futuro? Barbosa vê a chegada da frequência 5G de telecomunicação como o grande indutor de um novo salto, permitindo uma disseminação maior da internet no campo brasileiro, algo que ainda deixa a desejar.

Embora ressaltando que nem todo pequeno agricultor é desassistido tecnologicamente, citando como exemplo inverso o Polo de Floricultura de Holambra (SP), Barbosa admite que as Agritechs, principais responsáveis pela expansão tecnológica no campo, focam principalmente os grandes, não por desinteresse,

mas por ser mais fácil vender para uma propriedade de 10 mil hectares do que para mil de dez hectares.

O engenheiro da Esalq aponta outra evolução tecnológica do agronegócio brasileiro que faz conexão direta com a indústria de seguros. Segundo ele, o surgimento das Agrofintechs, especializadas em gestão de risco, está levando ao campo bases de dados principalmente sobre microclimas na mesma propriedade, que vão permitir o barateamento do seguro rural.

Barbosa explica que aquele agricultor que souber, por exemplo, em qual área da sua propriedade deve chover mais ou menos e o risco de chuvas de granizo ou de pequenos tornados, terá condições de fazer um seguro mais barato do que o vizinho, assim como o morador de locais com baixa incidência de furto de carros tem acesso a um seguro veicular mais em conta.

SETOR DE SEGUROS PAVIMENTA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Apesar dos reflexos da pandemia e da guerra na Europa, o setor mantém-se resiliente, com expansão prevista de 15%. Tendência será mantida em 2023.

No ano em que a economia apresentou altos e baixos no País e no exterior e que fatores como inflação e juros mantiveram o viés de alta, o mercado de seguros fecha mais um exercício no terreno positivo com crescimento consecutivo de dois dígitos, após a desaceleração de 2020 causada pela pandemia. Os novos números do setor demonstram sua consistente contribuição à qualidade de vida, à resiliência dos negócios e em prol do desenvolvimento do País.

O diagnóstico é do presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, que considera o contínuo aumento de arrecadação uma evidência de que parcela da população reconhece a importância do setor e confia na sua solidez. Resultado: a expansão no ano deve atingir 15%.

Dyogo Oliveira cita o reposicionamento da CNseg, em linha com as novas conexões econômica, social e comportamental dos consumidores,

como outro fator positivo à expansão. Isso significa maior aproximação com o Governo e demais Poderes, sinergias com as entidades do mercado segurador, diálogo qualificado com órgãos de supervisão, ações de comunicação e educativas, além de diálogo com novos interlocutores nacionais e internacionais para incrementar os negócios.

O ajuste fino da comunicação institucional da CNseg está entre essas ações de reposicionamento e inclui destacar o seguro, seus produtos e suas coberturas para que os mais variados públicos tenham uma visão mais assertiva do setor que representa proteção para pessoas, famílias e dos desafios ao longo da vida.

Outro destaque citado por ele é a campanha publicitária do setor, no ar desde o final de agosto, para fortalecer e estimular a cultura de seguros no País e desmitificar a ideia de que é um produto caro e disponível para poucos. “Na verdade, o seguro é um serviço essencial a todos,

adequado aos mais diversos perfis de pessoas e fundamental em momentos de imprevistos, infortúnios e fatalidades”, assinala.

A campanha da CNseg, em parceria com FenaSaúde, FenaPrevi, FenSeg e FenaCap, abriu um espaço para a sociedade entender melhor os produtos e serviços da indústria e, ao mesmo tempo, reforçou seu caráter estratégico. Tanto que, em 2021, o setor devolveu à sociedade quase R\$ 400 bilhões em indenizações, pagamento de benefícios e resgates.

“De algum modo, a sociedade foi reapresentada a uma indústria diversificada, plural e competitiva; capaz de atendê-la em seus momentos críticos, como de perda de bens, de paralisação de negócios ou da necessidade de atendimento emergencial de saúde”, exemplificou Dyogo, acrescentando à lista os planos de previdência e seus benefícios que asseguraram a qualidade de vida dos segurados.



● ● ● AÇÕES RELEVANTES

Os encontros setoriais promovidos pela CNseg com os Sindicatos de Seguradoras nos estados, no segundo semestre de 2022, podem ser incluídos também entre as ações relevantes, por detalharem a importância do setor em cada estado. “Ficou claro que, sem o seguro rural, de automóvel ou de cargas ou os produtos de garantias contra inadimplência, entre outras modalidades, o ano seria de extraordinárias perdas para muitas atividades econômicas nos estados, com risco de até inviabilizá-las, não fosse a proteção dada pelas seguradoras”, assinalou.

No balanço do ano, Dyogo Oliveira destaca ainda a criação da Iniciativa do Mercado de Seguros (IMS) pelo Governo, com o objetivo de incorporar medidas de fomento à atividade, inclusive algumas das propostas apresentadas aos presidentes para o desenvolvimento do setor.

“É um momento histórico, de extraordinária repercussão para o desenvolvimento mais célere do setor”, afirma. Também a continuidade dos investimentos em inovações tecnológicas pelas seguradoras é outro trunfo para a demanda por proteção persistir elevada no próximo ano, mesmo em um cenário de eventual retração do PIB.

Sobre o novo Governo, Dyogo Oliveira resalta que a percepção dos mercados é de que não haverá risco de um ‘cavalo de pau’ nas políticas monetária e fiscal atualmente executadas. “Uma estratégia fiscal consistente a longo prazo acompanhada do aprimoramento contínuo dos marcos regulatórios da economia, da simplificação do sistema tributário e do aumento da segurança jurídica são fundamentais para a retomada do crescimento em bases mais sustentáveis”, pontuou.

Segundo Dyogo Oliveira, é possível que, nesse quadro mais otimista, a previsão de desaceleração forte do PIB sequer ocorra e que o ano seja fechado com alta de 2%. “Seria um estímulo à expansão de seguros, ao lado da diversificação de produtos e da conquista de parcelas do mercado potencial, dois fatores que continuarão a fazer a arrecadação de prêmios evoluir — seja num ritmo mais acelerado, se a conjuntura contribuir, ou um pouco mais lentamente, se o ciclo econômico não for tão favorável”, pondera.

● ● ● SOLIDEZ E RESILIÊNCIA

Presidente do Conselho Diretor da CNseg, Roberto Santos avalia como ponto mais em-

“Uma estratégia fiscal consistente a longo prazo acompanhada do aprimoramento contínuo dos marcos regulatórios da economia, da simplificação do sistema tributário e do aumento da segurança jurídica são fundamentais para a retomada do crescimento em bases mais sustentáveis”

Dyogo Oliveira, CNseg



“Trabalhamos com um cenário positivo para 2023. O setor continuará a avançar nos próximos anos, repetindo um comportamento que historicamente o faz crescer sempre acima do PIB.”

Roberto Santos,, CNseg

blemático de 2022 o percentual acumulado em 12 meses até junho, que mais uma vez provou a solidez e a resiliência do setor. A arrecadação do mercado de seguros subiu 9,3% no período e as indenizações pagas triplicaram, na comparação os 12 meses imediatamente anteriores.

“Se o recorte for apenas no ano, os números também são proeminentes em relação ao retorno à sociedade em forma de indenizações, benefícios, resgates e sorteios pagos pelas empresas do setor”, observa Santos.

Em setembro, o setor de seguros retornou à sociedade mais de R\$ 17 bilhões com indenizações, benefícios, resgates e sorteios, 4,5% acima do mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano até setembro, o montante pago foi de R\$ 166,3 bilhões, quase 20% a mais sobre igual período de 2021.

“Se juntarmos os números da saúde suplementar que, no primeiro semestre de 2022, pa-



gou mais de R\$ 110 bilhões, o volume supera R\$ 276 bilhões”, menciona Santos.

Quanto à arrecadação (sem Saúde e DPVAT), em setembro de 2022, registrou-se avanço na demanda de 24,4% sobre o mesmo mês do ano passado, com R\$ 31,8 bilhões. No acumulado do ano, as contribuições em Previdência e o faturamento em Capitalização, por exemplo, já somam R\$ 265,1 bilhões, constituindo-se em expressivo avanço de 18,1% comprando-se com o resultado em 2021.

Em relação às indenizações, Roberto Santos lembra que somaram R\$ 263,7 milhões até setembro, correspondendo a 89,4% acima do acumulado no mesmo período de 2021. “Para o próximo ano, a perspectiva é que o setor de seguros continue ajudando a economia, oferecendo proteção para grandes riscos e para pessoas físicas, como seguro de vida e previdência privada, entre outros”, prevê.

Roberto Santos não tem dúvida de que o setor de seguros vem cumprindo seu papel de proteção financeira da sociedade. Apesar da pandemia e da guerra na Europa, o setor de seguros vem mantendo um bom desempenho, e a arrecadação avançou 17,3% nos nove primeiros meses do ano.

“Trabalhamos com um cenário positivo para 2023. O setor continuará a avançar nos próximos anos, repetindo um comportamento que historicamente o faz crescer sempre acima do PIB. Claro que esse avanço poderá ser mais acelerado, se a renda e a oferta de empregos no País tiverem recuperação mais acelerada e houver a continuidade da desregulamentação do setor. Mas temos consciência de que esse cenário benigno será construído gradualmente, ainda mais porque temos um quadro externo que deverá ser complexo em 2023. Mas enfrentar desafios está no nosso DNA”, resume Santos.



● SAÚDE SUPLEMENTAR ●

ESCALADA DE CUSTOS, UM FENÔMENO MUNDIAL, DESAFIA A SAÚDE NO BRASIL



O ano de 2022 tem sido marcado pela retomada de procedimentos represados durante a pandemia e pelo avanço da retomada de beneficiários da saúde suplementar, que, atualmente, está chegando a 50 milhões de pessoas, um número próximo de recorde histórico.

Por outro lado, o setor registrou, de forma inédita, resultado líquido negativo, embora as seguradoras tenham apresentado maior liquidez, como assinala o presidente da FenaSaúde, Manoel Antonio Peres. Também foi observada a retomada da sinistralidade dos planos médico-hospitais em índices anteriores aos da pandemia, alcançando 91,7% no segundo trimestre.

Antonio Peres explica que esse cenário de escalada de custos em saúde é um fenômeno mundial, mas, no Brasil, o controle demonstra-se ainda mais desafiador devido a interferências, como a recente aprovação da Lei 14.454, que estabeleceu novas hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde fora do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

“Essa medida se junta às profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, potencialmente impactantes para o setor. Por isso, defendemos a modernização do marco regulatório da saúde suplementar a fim de que ele potencialize a ampliação do acesso de mais pessoas à saúde suplementar”, enfatiza Peres.

Dessa forma, a assistência à saúde pelos planos de saúde — “aspiração de tantos brasileiros pela qualidade e abrangência de atendimento” — poderá ser acessível ainda por mais pessoas. Só em 2021, os planos de saúde cobriram mais de 1,6 bilhão de procedimentos, como consultas, internações, exames e atendimentos odontológicos, por exemplo.

“A expectativa, portanto, é que 2023 seja um ano ainda mais desafiador para as operadoras de saúde do País, que são constantemente instadas a inovar suas estratégias de comercialização, negociação e gestão do cuidado. Mas, como sempre, responderemos a esse desafio com muito comprometimento e excelência”, antevê Peres.

“Defendemos a modernização do marco regulatório da saúde suplementar a fim de que ele potencialize a ampliação do acesso de mais pessoas à saúde suplementar.”

Manoel Antonio Peres, FenaSaúde



● SEGUROS GERAIS ●

MARCO REGULATÓRIO DO SETOR VAI IMPACTAR PROFUNDAMENTE O SEGMENTO

O segmento de seguros gerais também vem experimentando profundas mudanças, como sinaliza o presidente da FenSeg, Antonio Trindade, que englobam a revisão do marco regulatório do setor, implementações do Sandbox e do *Open Insurance* e intensificação da jornada de transformação digital, que ganhou tração nos últimos anos.

As crises econômica e sanitária confirmaram o poder de resiliência do setor, em especial, do segmento de seguros gerais. E as seguradoras, de modo geral, têm se movimentado para ajustar a oferta de produtos e serviços às novas demandas do consumidor.

Reflexo disso foi o resultado de algumas carteiras de riscos massificados, como seguro residencial, que, em setembro deste ano, pagou R\$ 112,4 milhões em indenizações: 22,9% em relação a 2021. Em nove meses, já foi pago quase R\$ 1 bilhão, 39% a mais.

Em linha com o reaquecimento da cadeia produtiva do País, em especial o agronegócio e a indústria alimentícia, o seguro de transporte também mostrou fôle-

go, arrecadando R\$ 3,8 bilhões até setembro, aumento de 25%.

Antonio Trindade destaca ainda as recentes revisões regulatórias, como a Resolução 407/2021, que distinguiu seguros de grandes riscos de seguros massificados. “O bom diálogo com a Susep abriu um precedente histórico na elaboração e comercialização de contratos de seguros de grandes riscos, dando novo impulso à competitividade, inovação e transparência no segmento”, afirma.

O cenário também é animador para o seguro de riscos cibernéticos, aponta Trindade, pois a preocupação com ataques de hackers a sistemas e a entrada em vigor da LGPD contribuem para estimular a demanda pelas apólices desses produtos.

Para 2023, com a retomada de grandes obras públicas, a FenSeg aposta no crescimento do seguro garantia, responsabilidade civil e riscos de engenharia, além de grandes riscos. “A expectativa é que o Brasil tenha mais importância na economia global diante das mudanças geopolíticas, com atração de investimentos”, ressalta Trindade.

“O bom diálogo com a Susep abriu um precedente histórico para os contratos de grandes riscos, dando novo impulso a competitividade, inovação e transparência ao segmento.”

Antonio Trindade, FenSeg

Ele chama a atenção também para a consolidação do seguro de riscos ambientais. “O seguro rural, essencial para a competitividade do País, deverá seguir dependente por algum tempo dos subsídios do Governo Federal para garantir sua sustentabilidade”, prevê.

A expectativa é de melhora dos índices de penetração do setor na sociedade. “O seguro auto, por exemplo, apesar de ser o mais popular, alcança 30% da frota brasileira”, avalia.



● PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA ●

OS DESAFIOS PARA O SETOR DE VIDA E PREVIDÊNCIA

O presidente da FenaPrevi, Edson Franco, reconhece que o país passou por um dos momentos mais desafiadores da nossa história e destaca que o segmento de vida e previdência fez parte da solução. “O choque provocado pela crise da Covid-19 não teve precedentes; a velocidade da interrupção da economia causou um impacto muito rápido e duradouro. Somase a isso a extensão e gravidade do conflito na Ucrânia, que ampliaram a incerteza”, assinala ele.

Ele observa que os seguros de pessoas e a previdência privada possuem comportamento pró-cíclico, dependendo da renda e emprego. “Hoje, o Brasil tem 9,7 milhões de desempregados, a renda média do trabalho é R\$ 2.713, nível similar ao de 2016. Além disso, entre os ocupados, 40 milhões são informais. A inflação elevada reduz a capacidade de poupança das famílias, isso significa que uma grande parcela da população vive à margem da proteção propiciada pelos seguros e pela previdência, e explica, em parte, a baixa penetração: 8% possuem previdência privada e 17% têm seguro de vida”, constata ele. A esse cenário, soma-se o demográfico, em que 27% da po-

pulação tem mais de 50 anos. Em 2053, espera-se que sejam 100 milhões de pessoas. “Urge, portanto, fomentar a cultura previdenciária e securitária. Temos desafios, mas, também, um enorme potencial pela frente”, declara Edson Franco.

Não obstante a baixa penetração e os desafios enfrentados, até setembro deste ano, o setor de previdência privada aberta arrecadou mais de R\$115 bilhões, 15% superior ao arrecadado no mesmo período do ano anterior. Em 2021, foram pagos R\$103 bi em resgates, aumento significativo em relação aos anos anteriores à pandemia, evidenciando que a importância da previdência privada vai muito além da proteção na aposentadoria.

No segmento de seguros de pessoas, o montante pago atingiu R\$11 bi nos nove meses do ano. Mais de 188 mil famílias foram assistidas por mortes decorrentes da Covid-19 desde o início da pandemia, tendo sido pagos R\$ 7 bi em benefícios.

A seu ver, superado o momento crítico da pandemia, “em que nossa atuação foi fundamental, nos debruçamos nos desafios da longevidade, o que exige repensar as formas de sustentação econômica,



“Somos parte da solução que o País necessita, tendo como principal missão reduzir o gap de proteção securitária e previdenciária, em prol da população”

Edson Franco, FenaPrevi

com especial ênfase para o mercado de trabalho, previdência social e saúde pública.”

Neste ano, foi estabelecido o novo marco regulatório das coberturas de risco dos seguros de pessoas. A FenaPrevi aguarda as novas normas das coberturas por sobrevivência, com a incorporação de pleitos apresentados à Susep, dentre os quais, a proposta voltada para o desenvolvimento do mercado de rendas. Também é necessário regulamentar o seguro de Vida Universal, permitindo que seja oferecido no Brasil esse seguro, que é tão exitoso em outros países.



● CAPITALIZAÇÃO ●

SUSTENTABILIDADE DO SEGMENTO PASSA PELA APROXIMAÇÃO COM O CLIENTE

Os títulos de capitalização também acompanharam o desempenho resiliente de todo o setor de seguros ao longo do ano. De janeiro a setembro, o segmento faturou R\$ 21 bilhões, crescimento de 17% na comparação com igual período em 2021. Os pagamentos de sorteios e resgates somaram R\$ 16,3 bilhões, evolução de 8,5%. Só os repasses a entidades filantrópicas somaram mais de R\$1,1bilhão, por exemplo. Já a capitalização líquida chegou a R\$ 5,8 bilhões até setembro, o que corresponde a aumento de 50,2% em relação a 2021.

Sobrevivendo a crises econômicas ao longo de 90 anos de existência no País e reinventando-se continuamente para servir à sociedade como ferramenta de segurança financeira e social, a capitalização está preparada para os novos tempos que se avizinham, garante o presidente da FenaCap, Denis Moraes. “O desempenho do segmento tem sido uniforme ao longo deste ano, com resultados positivos em todos os estados. O que nos leva a projetar evolução de dois dígitos no ano”, pontua.

Esse desempenho é a consolida-

ção das ações implementadas pelo setor nos últimos anos, que fez com que os brasileiros tivessem mais ciência da importância dos títulos como instrumento de reserva de valor, disciplina financeira e mecanismo de garantia, seja para os momentos de emergência, ações sociais e comerciais, ou para transformar sonhos em realidade.

“Diversificamos produtos, canais, meios de pagamento, condições de preço, prazo, volumes e valores de sorteios. Afinal, com os avanços regulatórios, o setor deixou de ter praticamente uma única opção de produto para se transformar em um segmento capaz de criar outros modelos de negócios que se acoplam a diversos segmentos da economia. Atuamos com produtos em garantia de aluguel, filantropia e ações de marketing voltadas à retenção de clientes, só para citar alguns exemplos”, pondera o presidente da FenaCap.

Além da capacidade de se adaptar às necessidades dos negócios, com produtos voltados para pessoas físicas ou jurídicas e com valores acessíveis a todos os bolsos,

“Aprimorar os meios de aproximação com o cliente e oferecer soluções mais ágeis e completas serão determinantes para a sustentabilidade do mercado e para atender aos consumidores do futuro.”

Denis Moraes, FenaCap

há ainda o aspecto lúdico dos sorteios, um “grande atrativo aos brasileiros”, avalia Moraes.

“É este cenário positivo que levaremos para 2023. Aprimorar os mecanismos de aproximação com o cliente e oferecer soluções mais ágeis e completas serão determinantes para a sustentabilidade do mercado e para atender aos consumidores do futuro”, conclui.

NOVOS LEILÕES REFORÇAM IMPORTÂNCIA DOS SEGUROS PARA MITIGAR RISCOS DE PARALISAÇÃO DE OBRAS

Licitações de 20 ativos ainda neste ano devem atrair R\$ 83 milhões de recursos privados. Em outubro, o País tinha 7.862 obras paralisadas, segundo o TCU.

Os investimentos públicos e privados em infraestrutura – essenciais para a plena retomada do desenvolvimento – têm o mercado de seguros como aliado de primeira hora. O setor é um dos alicerces do programa de concessões e privatizações do Governo. Na contramão de um cenário que trouxe pandemia e retração do capital privado, essa agenda reforça o papel do seguro como peça-chave para modernizar portos, aeroportos e estradas, bem como melhorar os programas habitacionais e de telecomunicações, energia e saneamento básico.

O programa de concessão de ativos à iniciativa privada ganhou impulso no primeiro ano do atual Governo e foi perdendo velocidade a partir de 2020, com a disseminação da Covid-19. Apesar da crise econômica e das restrições fiscais e orçamentárias, o Ministério da Infraestrutura

(Minfra) apostou as fichas no programa. Desde 2019, foram leiloados cem ativos de infraestrutura de transportes, permitindo a contratação de R\$ 116,4 bilhões em investimentos.

Ao todo, foram 49 concessões de aeroportos; 36 arrendamentos portuários; sete projetos ferroviários; sete projetos rodoviários e a primeira desestatização portuária da história, a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Até o fim do ano, ainda estão previstos leilões de 20 ativos, totalizando cerca de R\$ 83 bilhões em investimentos privados.

● ● ● CONCESSÃO DE AEROPORTOS

No setor aeroportuário, o Ministério da Infraestrutura mantém a previsão de realizar em 2023 o leilão dos aeroportos de Santos Dumont e Tom Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, conforme anunciado em fevereiro.

Anteriormente, os projetos estavam integrados à sétima rodada de concessões de aeroportos, certame que ocorreu em 18 de agosto, quando 15 terminais aéreos foram leiloados e concedidos à iniciativa privada. A estimativa é que o edital para o leilão do bloco a ser formado pelos dois aeroportos do Rio seja lançado no próximo ano.

No Santos Dumont, são esperados R\$ 1,3 bilhão em investimentos privados durante a duração do contrato. Estudos já em andamento vão estimar a quantidade de recursos necessários para revitalizar o Galeão.

Para o secretário-executivo do Minfra, Bruno Eustáquio, o resultado da transformação pela qual passa o setor de infraestrutura de transportes pode ser constatado diante do fortalecimento do programa de concessões. Segundo ele, a meta é contratar R\$ 200 bilhões em investimentos privados até o fim deste ano (volume superior ao orçamento anual da pasta).



“A entrada de novos investidores e operadores brasileiros e estrangeiros é fundamental para injetar recursos e aumentar a competitividade. Por isso, dialogamos sempre com o mercado e com possíveis investidores, detalhando o processo de aperfeiçoamento pelo qual vem passando o programa de concessões”, afirma.

Diante das incertezas no cenário econômico, porém, é fundamental contar com os seguros para mitigar riscos envolvendo projetos de concessão ou de privatização na área de infraestrutura. A paralisação de obras e o abandono da concessão são alguns exemplos. Em fevereiro de 2020, a BR-040 (que liga o Rio a Belo Horizonte) tomou-se a primeira concessão devolvida de forma amigável ao Governo para posterior relicitação.

A devolução amigável está prevista na Lei 13.448, de 2017. Desde então, pelo menos oito empresas buscaram essa modalidade de extinção de contratos. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), três concessionárias já manifestaram a

intenção de devolver aeroportos: São Gonçalo do Amarante (RN), Viracopos (SP) e Galeão (RJ).



MODALIDADES DE PROTEÇÃO

No mercado de seguros, as principais modalidades de proteção na área de infraestrutura envolvem o Seguro Garantia, Riscos de Engenharia, Grandes Riscos e Responsabilidade Civil Geral. Este último inclui RC Operações ou Concessões, que cobre as reclamações de terceiros decorrentes de danos causados pela operação, e o RC Obras, que indeniza terceiros por danos causados pelos projetos de infraestrutura.

As empresas têm à disposição o Seguro Garantia para licitações, contratos, adiantamento de pagamentos e ações judiciais. No caso das licitações, a contratação da apólice pode ser inclusive uma exigência para participar de concorrências públicas, cartas-convite e tomadas de preços e leilões, quando previsto em edital. Uma modali-

“A entrada de novos investidores e operadores brasileiros e estrangeiros é fundamental para injetar recursos e aumentar a competitividade.”

Bruno Eustáquio, Minfra



“O seguro Garantia é o único instrumento contratual que permite ao agente garantidor retomar e concluir a obra sem exigir novo processo de licitação.”

Roque Melo, FenSeg



“O principal impacto da pandemia foi a interrupção de obras (...). Isso resultou no aumento do tempo de exposição de risco para as seguradoras.”

Fábio Barreto, FenSeg

dade em expansão é o seguro Garantia Judicial, que traz maior liquidez ao mercado.

A contratação de seguro em processo licitatório da administração pública encontra argumentos sólidos. Entre eles, a necessidade de comprovar que o licitante terá condições de executar as obrigações assumidas no contrato. A Garantia Contratual pode ser solicitada em fornecimento de materiais ou equipamentos, construção de obras, execução de projetos, fornecimento de mão de obra e prestação de serviços.

O presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da FenSeg, Roque Melo, explica que o seguro Garantia tem por finalidade indenizar perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações assumidas no contrato. “O seguro Garantia é o único instrumento contratual que permite ao agente garantidor retomar e concluir a obra sem exigir novo processo de licitação. A apólice também oferece a cobertura de custos adicionais por parte do Estado”, informa.

BOM DESEMPENHO

De acordo com a Susep, o mercado de seguro Garantia arrecadou R\$ 2,2 bilhões em prêmios diretos de janeiro a agosto deste ano, um crescimento de 16% sobre o mesmo período de 2021. Esse bom desempenho deve-se, principalmente, ao aumento da demanda por garantias tradicionais, sobretudo envolvendo projetos de energia, óleo e gás.

O aumento da demanda por seguro nos projetos de infraestrutura é confirmado pelo presidente da Comissão de Responsabilidade Civil Geral da FenSeg, Fábio Barreto. O mercado oferece produtos *tailor made*, permitindo a contratação de coberturas sob medida para os riscos das operações. Segundo ele, os segmentos que mais demandam seguros de RC nos processos licitatórios são, pela ordem: Habitação, Transportes (rodovias e mobilidade urbana), Energia, Saneamento, e Infrastru-

ra portuária e aeroportuária. Barreto lembra os efeitos da pandemia, que mudou a percepção de risco das seguradoras.

“O principal impacto da pandemia foi a interrupção de obras, muito mais que a suspensão de licitações. Isso resultou no aumento do tempo de exposição de risco para as seguradoras. Elas tiveram que prorrogar o prazo das apólices além do previsto inicialmente”, esclarece.

Outro ramo que se beneficiou dos leilões de concessão e privatização foi o de Riscos de Engenharia. O seguro tem por finalidade proteger o patrimônio relacionado a uma obra. Assim, garante cobertura para os danos materiais causados por imprevistos que resultem em danos ou destruição das obras, de máquinas e equipamentos utilizados na construção. Neste ano, esse seguro teve um crescimento de 67% (de janeiro a agosto), com prêmios diretos de quase R\$ 600 milhões.



INFRAESTRUTURA RECEBE VOLUME DE RECURSOS ABAIXO DO NECESSÁRIO



Quase 30 anos após o início do programa de desestatização, a infraestrutura no Brasil recebe um volume anual de recursos bem abaixo do necessário. Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o País deveria investir R\$ 344 bilhões ao ano no setor, contra os atuais R\$ 135 bilhões – dos quais 70% vêm da iniciativa privada. Em 2021, os desembolsos corresponderam a 1,57% do PIB. É o menor patamar em dez anos.

O estudo, denominado “Agenda de privatizações: avanços e desafios”, aponta a necessidade de esforço conjunto de governos e capital privado em busca de soluções. A superação dos gargalos nos diferentes setores da infraestrutura bra-

sileira depende da continuidade e do avanço do programa de concessão e venda dos ativos públicos.

“As privatizações precisam avançar e se consolidar como agenda de Estado”, ressalta Wagner Cardoso, gerente-executivo de Infraestrutura da CNI.

No período de 2019 a 2022, o investimento em infraestrutura – público e privado – deve fechar em 1,7% do PIB, na média. De acordo com o economista Claudio Frischtak, sócio fundador da consultoria Inter.B, esse nível é claramente insuficiente para impulsionar a economia e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços. “Deveríamos investir uma média de 4% do PIB durante 20 anos consecutivos”, complementa.

“As privatizações precisam avançar e se consolidar como agenda de Estado. Deveríamos investir uma média de 4% do PIB durante 20 anos consecutivos.”

Wagner Cardoso, CNI



PARALISAÇÃO DE OBRAS É DESAFIO PARA O PROGRAMA DE CONCESSÕES

O relatório mais recente do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que 7.862 obras com recursos federais estavam paralisadas ou inacabadas em outubro deste ano, totalizando R\$ 15,78 bilhões. Uma a cada três obras deixou de ser concluída. As principais causas para a interrupção são deficiências técnicas, deficiências no fluxo orçamentário ou financeiro e abandono pelas empresas.

O cenário reforça a importância do seguro Garantia como instrumento de mitigação de riscos para o cumprimento de todas as obrigações contratuais em caso de obras inacabadas. Além da entrega do bem contratado, o seguro garante o pagamento do valor de outorga, nos casos de concessão, bem como as penalidades aplicadas ao tomador no decorrer do contrato.

“O seguro é, sem dúvida, a modalidade de garantia mais utilizada atualmente nos processos de contratação pública, incluindo concessões. As análises de viabilidade técnica e financeira funcionam como filtro adicional para impedir ou dificultar que empresas sem capacidade técnica e financeira participem das licitações”, expli-

ca Roque Melo, da FenSeg.

A nova Lei de Licitações (Lei 14.133), sancionada em abril de 2021, ampliou a cobertura que pode ser exigida para evitar a paralisação de obras públicas. Em projetos acima de R\$ 200 milhões, o seguro Garantia pode ser contratado no montante de até 30% do valor da obra, para permitir sua conclusão.

No entanto, segundo Melo, a prerrogativa não é usada em larga escala por parte do Estado. “A expressão até 30% é demasiadamente genérica, podendo até significar zero ou qualquer percentual abaixo desse limite. Baseado na experiência internacional, isso seria insuficiente para fazer frente aos sobrecustos de retomada e conclusão da obra, mesmo considerando o saldo residual do contrato”.

Segundo ele, o primeiro desafio é a necessidade de se exigir garantias contratuais, consideradas facultativas na nova Lei de Licitações. “A maior parte das obras paralisadas não conta com qualquer forma de garantia contratual, impondo ao Estado arcar com o prejuízo decorrente do inadimplemento das empresas contratadas”.

“Análises de viabilidade técnica e financeira funcionam como filtro para dificultar que empresas sem capacidade técnica e financeira participem das licitações.”

Roque Melo, FenSeg

Outro ponto que merece especial atenção é o fato de que a nova Lei de Licitações, similar ao que ocorre com a Lei 8.666/93, manteve na redação dos artigos 58 e 99 a faculdade de o agente público exigir garantias para as contratações de obras, serviços e fornecimentos. Isso lhe confere a possibilidade de não exigir qualquer forma de garantia.

BASE DE DADOS PROMETE REDUZIR ROUBOS DE MÁQUINAS NO CAMPO

Criado em março pelo Governo Federal, o Reagro permitirá o rastreamento de máquinas e tratores e emitirá alertas de furtos dos equipamentos

O agronegócio brasileiro ganhou este ano um importante aliado no combate à violência e aos crimes contra o patrimônio no meio rural: o Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas (Renagro). Criada pelo Governo Federal em março, a base de dados nacionais com informações dos veículos agrícolas possibilitará o aumento da segurança em relação a furtos, roubos e outras ocorrências envolvendo esse tipo de maquinário.

O sucesso do agronegócio e o crescimento da agricultura e da pecuária – setores que nos últimos anos tornaram-se locomotivas da economia brasileira – atraíram a atenção de criminosos com alto nível de especialização em fraudes. Até então não havia como rastrear máquinas e tratores roubados, tampouco estimar o prejuízo causado pela ação de quadrilhas especializadas.

Proprietários de tratores e máquinas agrícolas de todo o Brasil tiveram até outubro para cadastrar, sem custos, seus equipamentos na Plataforma Digital de Registro e Gestão de Tratores e Equipamentos Agrícolas (ID Agro), desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O responsável pela Plataforma CórTEX e supervisor da APTIC/Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o major da Polícia Militar do Estado de São Paulo Eduardo Fernandes Gonçalves, afirma que, por meio da plataforma, também é possível emitir alertas de furto e roubo dos equipamentos.

“O Ministério vai prover acesso às bases de informações para os integrantes do sistema

único de segurança pública, e as corporações que já tiverem o acordo de cooperação técnica terão acesso aos dados”, explica.

Segundo ele, num primeiro momento, as informações serão disponibilizadas pela Plataforma CórTEX, que repassará os alertas de furto e roubo de veículos assim que notificadas pelo proprietário diretamente para as forças policiais. “A expectativa é que a consulta seja feita por todas as forças policiais conveniadas, tanto na base de dados quanto pelo recebimento dos alertas.”

● ● ● CRIME VISÍVEL

O coordenador administrativo do Instituto CNA, Carlos Frederico Ribeiro, destaca a importância das novas ferramentas tecnológicas para acabar com a “invisibilidade” do crime



rural. Segundo ele, antes da ID Agro, os números oficiais de roubos e furtos de máquinas agrícolas no País eram computados dentro das

“A expectativa é que a consulta seja feita por todas as forças policiais conveniadas, tanto na base de dados quanto pelo recebimento dos alertas.”

Eduardo Gonçalves, major da PMSP

estatísticas globais de roubo de veículos. “E não se pode pensar em políticas públicas sem um diagnóstico fiel do problema que se pretende corrigir,” alerta.

“Além da perda do insumo ou da máquina, o roubo implica também a perda de parte da produção, com prejuízo no manejo durante o período de safra. Então, não temos o número exato de quanto o agronegócio brasileiro tem de prejuízo anual com esses crimes, mas sabemos que o prejuízo é muito grande”, argumenta Ribeiro. Segundo ele, a falta de registro oficial traz outros problemas, como o elevado custo com cartório, seguro mais caro, dificuldade de acesso a crédito e insegurança jurídica”, diz ele.

Entre outros benefícios advindos da plataforma, o coordenador do Instituto CNA cita o aumento das transações de compra e venda de máquinas e tratores usados e também de novos.

“Além da perda do insumo ou da máquina, o roubo implica também a perda de parte da produção, com prejuízo no manejo durante o período de safra.”

Carlos Frederico Ribeiro, Instituto CNA

“O agricultor poderá investir com mais segurança na compra desses equipamentos. Muitas vezes, ele comprava uma máquina usada em boa-fé, sem saber que era roubada”, pontua.

Na avaliação de Ribeiro, a ID Agro traz ainda mais segurança aos processos de financiamentos e possibilita o aumento da contratação do seguro do equipamento, facilitando também as operações de crédito e venda, uma vez que permite o rastreamento de maquinários legais que circulam regularmente no País.

Ele explica que o registro é obrigatório apenas para máquinas que transitam em via pública, com data de fabricação a partir de 2016. E, embora não haja essa obrigação para equipamentos mais antigos, as vantagens do registro na plataforma são muitas, principalmente na hora de vender o equipamento usado. Máquinas e tratores que estejam circulando em via pública sem a ID Agro (ou nota fiscal, no caso do maquinário anterior a 2016) estão sujeitas à apreensão pelos Detrans regionais.

● ● ● ATUAÇÃO EFICIENTE

Na análise do coordenador do Centro Estadual de Combate aos Crimes contra o Agronegócio (Caoagro) da Polícia Civil de Santa Catarina, delegado Fernando Callfass, as exigências do Renagro relacionadas ao cadastro prévio do proprietário e do comprador, bem como a necessidade de gravação de código de chassi no trator ou na máquina agrícola, tornarão mais eficiente a atuação da Polícia Civil no combate ao furto de máquinas agrícolas, uma vez que proporcionarão a identificação e a rastreabilidade dos bens móveis subtraídos.

“O cadastro de vendedor e comprador no sistema e a gravação do chassi nas máquinas possibilitarão a identificação célere dos autores de eventuais crimes”, argumenta, destacando que a possibilidade de transferência de propriedade do trator ou da máquina agrícola pela plataforma torna mais eficiente a identificação da cadeia dos antigos proprietários, acusando de imediato a fraude.

Para ele, a atuação das forças de segurança em eventuais barreiras policiais se tornará mais

eficiente. “Sobretudo na análise de eventuais alterações no código do chassi do trator ou da máquina agrícola e no conhecimento rápido e confiável da propriedade do bem móvel.” Callfass considera ainda que a maior eficácia na rastreabilidade das máquinas e tratores poderá estimular a contratação de seguros.

● ● ● ALIADO DECISIVO

A titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Rurais (DERCR) da Polícia Civil do Estado de Goiás, a delegada Rafaela Azzi, corrobora a opinião do colega de profissão da Região Sul e afirma que o novo sistema será um aliado decisivo na luta contra o crime organizado no campo.

Nos últimos anos, segundo ela, o estado vem colhendo bons resultados a partir de algumas estratégias adotadas na área da Segurança Pública. Entre outras, a delegada destaca a criação do Batalhão Rural da Polícia Militar em 2017 e a implementação da Rede de Combate ao Crime Rural.

Os chamados pontos focais rurais estão espalhados pelo Estado e funcionam como uma espécie de filial da delegacia especializada, sediada em Goiânia, formando uma teia de

comunicação e planejamento. Com o auxílio da tecnologia, a comunicação se dá em tempo real, possibilitando o monitoramento de toda a região. “Desde a criação dos pontos focais, a recuperação de equipamentos e apreensão de maquinário e implementos agrícolas impuseram ao crime um prejuízo de R\$ 14 milhões.”

Dentro desse contexto, a delegada afirma que a ID Agro complementa a estratégia de combate aos crimes na zona rural. “O uso de ferramentas tecnológicas e o acesso dos produtores a esses recursos são poderosos aliados contra os delitos. Hoje, grande parte dos produtores e pecuaristas já tem acesso à internet, até como incremento para o próprio trabalho deles. Essa conexão favorece as ações de segurança pública”, finaliza.



“O cadastro de vendedor e comprador no sistema e a gravação do chassi nas máquinas possibilitarão a identificação célere dos autores de eventuais crimes.”

Fernando Callfass, Caoagro e delegado da PCSC

“Desde a criação dos pontos focais, a recuperação e a apreensão de maquinário e implementos agrícolas impuseram ao crime um prejuízo de R\$ 14 milhões.”

Rafaela Azzi, delegada da DERCR da PCGO



EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO IMPACTA POSITIVAMENTE OS SEGUROS



A implementação do Renagro poderá contribuir para um significativo aumento da base de máquinas e tratores segurados em todo o País — um segmento da indústria de seguros que, nos últimos anos, vem crescendo à razão de 40% ao ano, alavancado pela forte expansão do agronegócio brasileiro.

Não só porque a medida impulsiona as vendas de equipamentos, como também favorece o estabelecimento de um mercado de equipamentos usados. Até então incipiente, em razão da dificuldade de comprovação da origem lícita do bem, o mercado de equipamentos usados deverá “explodir” a partir da utilização da plataforma ID Agro, garantem as autoridades e especialistas do setor.

Os primeiros efeitos já vêm sendo aferidos pelo mercado segurador, informa Joaquim Neto, presidente da Comissão de seguro Rural da FenSeg. “Houve aumento de 66% na contratação de seguros de máquinas agrícolas nos segmentos de Benefícios e de Pro-

dutores Agropecuários, de janeiro a setembro deste ano”, pontua.

No segmento de Penhor Rural (bens móveis relacionados a financiamentos ou dados em garantia de crédito), o crescimento das vendas em igual período foi da ordem de 43,26%, segundo o executivo.

A queda no valor dos contratos é outro fator que poderá contribuir de forma significativa para a expansão da base de equipamentos segurados. “Isso deverá ocorrer por conta da possível redução da sinistralidade, com base na queda do número de ocorrências de sinistros em razão da eficácia na identificação e rastreabilidade dos tratores agrícolas e aparelhos automotores”, avalia.

Joaquim Neto afirma que, embora não necessariamente em razão do novo mecanismo de segurança, já vem sendo constatada redução no número de sinistros. Segundo ele, de janeiro a agosto, a sinistralidade no segmento de equipamentos agrícolas não financiados foi de 49%, contra 53,6% no mesmo período de 2021. Já na carteira de Penhor Rural, a redução no período foi de 33% para 26,15%.

“Houve aumento de 66% na contratação de seguros de máquinas agrícolas, de janeiro a setembro deste ano.”

Joaquim Neto, FenSeg

O executivo informa que, de janeiro a agosto, o total de prêmios arrecadados no segmento de Penhor Rural foi de R\$ 1,148 bilhão. E no de Benefícios, o volume de prêmios ficou em R\$ 420 milhões.

“Não temos como fazer a distinção entre equipamentos novos e usados. Eu diria que 70% se referem a equipamentos usados. A maioria dos contratos de seguro de Benefícios é de equipamentos usados, mas o volume de prêmios arrecadados é inferior ao dos equipamentos novos”, explica Joaquim Neto, ressaltando que, com a adoção do Renagro, esse quadro deverá ser revertido.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRESSIONAM EQUILÍBRIO DAS CARTEIRAS DE SEGUROS

No ano passado, houve aumento no número de roubos a estabelecimentos comerciais e a residências, além de salto dos casos de estelionato eletrônico.

Algumas carteiras importantes do mercado de seguros têm sido fortemente impactadas pelo aumento de delitos de roubos e furtos. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostraram aumento da prática de crimes contra o patrimônio no ano passado. Os roubos a estabelecimentos comerciais cresceram 6,5% e a residências, 4,75%. Apesar da queda de 4% nos roubos de veículos, os casos de furto subiram na mesma proporção. Chama a atenção também a explosão dos casos de estelionato eletrônico, com registro quase seis vezes maior que em 2020. Por outro lado, houve queda de 22,8% nos roubos e furtos de celulares.

Os números influenciam a gestão das carteiras de seguros, e as seguradoras tendem a olhá-las com lentes de aumento e a fazer cálculos mais depurados dos riscos. A primeira questão que se coloca é saber em que medida as estatísticas têm reflexos na sinistralidade das carteiras.

Dados da Susep mostram que o número de sinistros por roubos a residências, condomínios e estabelecimentos empresariais subiu de 26.877 em 2020, para 31.690 no ano passado, uma alta de 17,9%, mais acentuada do que as estatísticas das se-

cretarias de Segurança Pública. Com isso, o valor das indenizações somadas passou de R\$ 138,8 milhões para R\$ 186,4 milhões, entre um ano e outro.

O último balanço disponibilizado pela Susep, referente ao primeiro semestre, mostra queda no número de roubos e incêndios, que ficam agrupados nas estatísticas. No primeiro semestre de 2021, houve 37.922 sinistros contra 48.586 no mesmo período de 2020. O valor das indenizações nesse grupo caiu de R\$ 1,89 bilhão para R\$ 1,47 bilhão na comparação entre os dois períodos.

O anuário registrou no ano passado 141.725 roubos de veículos contra 142.958 em 2020. A taxa de incidência teve queda de 4%. Já os furtos subiram de 177.083 em 2020, para 188.946 no ano seguinte. Na comparação por cem mil veículos, houve aumento de 3,4%. A Susep informou que roubos de celulares estão incluídos em riscos diversos, sem segregação. Também os casos de estelionatos não são contabilizados separadamente.



PREVENÇÃO E ALERTAS

Segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Gesner Oliveira, coordenador de



“O mais importante é a avaliação do risco. Variáveis como idade e profissão do segurado e modelo do celular são determinantes para a aferição de risco.”

Gesner Oliveira, FGV

Pesquisas do FGV IISR, a sinistralidade acaba, inevitavelmente, influenciada pelos índices gerais de criminalidade. Ele afirma que a informação é sempre um instrumento de prevenção que pode ser usado pelas seguradoras, até mesmo



“O seguro não é salvo-conduto para o cliente fazer o que bem entender. Ele precisa estar atento às cláusulas da apólice para saber em que situações está protegido.”

Flávio Mirza, Uerj e UCT

em alertas quando há aumento de criminalidade em determinada região, por exemplo.

Instruções de segurança também são válidas para proteger clientes e reduzir a sinistralidade. No entanto, diz ele, essas ações acabam tendo “impacto marginal” sobre o comportamento dos clientes. “O mais importante para as seguradoras é a avaliação do risco na contratação do seguro. Variáveis como idade e profissão do segurado e modelo do celular são determinantes para a aferição de risco”, ressalta Oliveira.

Flávio Mirza, professor do Departamento de Direito da Uerj e da UCP, explica que algumas medidas tendem a tomar os segurados mais conscientes e podem ter alguma influência positiva. Até cláusulas relacionando a proteção ao uso de alarme em veículos, por exemplo, podem ajudar a evitar sinistros e a tomar a vida do segurado menos vulnerável a assaltos. Aplicativos com instruções também servem como política de mitigação de casos.

“O seguro não é um salvo-conduto para o cliente fazer o que bem entender. Ele também precisa

estar atento às cláusulas da apólice para saber em que situações está protegido”, afirma Mirza.

TENDÊNCIAS DIFERENTES

Além da análise do perfil dos clientes, que ajuda na avaliação de risco pelas tendências de comportamento, o seguro segue características por área geográfica. O próprio Anuário já aponta diferentes tendências no País, como o crescimento nos indicadores de roubos e furtos de veículos nos últimos dois anos em estados fronteiriços, como Acre (33,8%), Mato Grosso (17,5%) e Amapá (16,7%).

Segundo o levantamento, entre 2020 e 2021, houve aumento na taxa de roubos e furtos de veículos em oito estados, com destaque para o Maranhão (59,7%). Em sentido oposto, houve quedas relevantes de 22,4% em Tocantins, 22% no Rio Grande do Sul e 21,7% no Rio Grande do Norte, informa o relatório.

“A título de exemplo, representantes das políticas civis do Acre e de Rondônia apontam uma

intensificação nessa modalidade criminal, que teria a Bolívia como destino dos veículos subtraídos, principalmente caminhonetes, que seriam trocados por cocaína ou armas do outro lado da fronteira”, ressalta o relatório.

“Também há uma má notícia para São Paulo, que apresentou declínio importante na taxa a partir de 2014, tendo como principal marco a chamada ‘lei dos desmanches’. Entre 2020 e 2021, contudo, apresentou aumento de 13% nas taxas, por 100 mil veículos, de roubo e furto”, diz o documento.

FENÔMENOS ATÍPICOS

Ronaldo Dalcin, presidente do Sindicato das Seguradoras do Norte e Nordeste (SindsegNNE), diz que, de forma geral, os registros de sinistros na região de sua atuação aumentaram 5,6%, entre 2020 e 2021, grande parte por causa do isolamento social menor a partir do segundo ano da pandemia. Com mais carros em circulação, há uma tendência maior de furtos de veículo, por exemplo.



“A julgar pela análise e comparação de alguns dados constantes no Anuário, podemos afirmar que parte dos indicadores se deve à retomada das atividades.”

Ronaldo Dalcin, SindsegNNE



“Nosso sindicato é parceiro permanente do Governo do Estado de SP em diversas iniciativas para aumentar a segurança do cidadão e combater o crime organizado.”

Fernando Simões, SindsegSP



“Trata-se de gestão que começa com as políticas de aceitação de riscos. O preço do seguro, gerador de receita, é calculado em função do risco, gerador da indenização.”

Ronaldo Vilela, SindSegRJ/ES

Ele reconhece que há fenômenos atípicos que requerem atenção, como a atuação de quadrilhas de roubos e furtos de veículos nas regiões de fronteira. No caso do Acre, teria ocorrido aumento de 400% na sinistralidade. Dalcin também destaca o aumento nas ocorrências de sinistros residenciais no Ceará, em 56,2%, e na região em geral para a sinistralidade empresarial, de 94,3%.

“A julgar pela análise e comparação de alguns dados constantes no Anuário, que se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de Segurança Pública estaduais e Polícias Civil, Militar e Federal, entre outras fontes, podemos afirmar que parte desses indicadores se deve à retomada das atividades econômicas”, explica.

O Anuário também mostra outras discrepâncias regionais. Em 2021, houve um aumento de 18,6% nos registros de furtos de veículos no Estado de São Paulo, contra uma estabilidade nos roubos. Segundo Fernando Simões, diretor-executivo do Sindicato das Empresas de Seguros e

Resseguros de São Paulo (SindsegSP), as oscilações ocorrem por uma série de fatores, e não necessariamente a sinistralidade acompanha os índices de criminalidade.

No entanto, diz ele, as empresas vêm procurando usar a tecnologia para criar produtos cada vez mais personalizados, mitigando riscos e atuando institucionalmente no combate ao crime. Segundo Simões, as seguradoras podem atuar individualmente, estimulando hábitos mais seguros entre os segurados, ou coletivamente, atuando em conjunto com as autoridades para promover políticas públicas que tornem o ambiente mais seguro para a população.

“Nosso sindicato, por exemplo, é parceiro permanente do Governo do Estado de São Paulo em diversas iniciativas para aumentar a segurança do cidadão e combater o crime organizado. Estamos juntos com o Instituto São Paulo Contra a Violência e fomos um dos criadores do Disque-Denúncia”, ressalta.

Ronaldo Vilela, diretor-executivo do SindSegRJ/ES, explica que as empresas procuram adotar diversas estratégias comerciais para aliar o aumento do volume de prêmios ao controle da sinistralidade, de forma a manter um resultado financeiro positivo.

“Trata-se de gestão que começa com as políticas de aceitação de riscos. O preço do seguro, gerador de receita, é calculado em razão do risco, gerador da indenização. Quanto maior o risco, maior o preço, e vice-versa. A sinistralidade é, portanto, o fiel da balança”, explica Vilela.

Mas, por mais que as empresas se esforcem por manter suas carteiras saudáveis, a ação conjunta não pode ser desprezada. Pelo contrário! O crime organizado precisa ser combatido com ações que envolvam o Poder Público e a sociedade civil. Os furtos e roubos de automóveis, por exemplo, estão intimamente ligados ao desmanche e ao comércio ilegal de peças. A consciência de não colaborar com esses esquemas precisa ser mais difundida.

RASTREADORES TÊM AJUDADO NA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS ROUBADOS

Dados deste ano da Comissão de seguro Auto da FenSeg continuam apontando para alta nos números dos estados do Rio e de São Paulo. Entre janeiro e agosto, os fluminenses assistiram a um aumento de 11% nos furtos de carros.

Para Marcelo Sebastião, presidente da Comissão, um dos meios para reverter o impacto na sinistralidade é a adoção de rastreadores, conforme a necessidade e a viabilidade, o que já vem apresentando resultados cada vez mais positivos na recuperação de veículos, essencialmente no caso de roubo.

“A expectativa é que as montadoras aprimorem os sistemas de segurança dos veículos, principalmente de antifurto, e que os governos atuem efetivamente em relação à garantia da segurança pública”, avalia.

Apesar de as estatísticas terem mostrado queda nos casos de furto e roubo de celulares, a vice-presidente da Comissão de Garantia Estendida e Afinidades da FenSeg, Patricia Soeiro, diz: “É difícil avaliar se a redução dos delitos é efetiva ou se ocorre devido à queda no número de registros policiais de ocorrência por parte das vítimas.”

Segundo um levantamento informal feito pela Comissão entre as maiores seguradoras que

oferecem esse tipo de seguro, estima-se que, no mercado brasileiro, haja cerca de 10 milhões de aparelhos segurados e que os valores das indenizações por sinistro pagos pelas seguradoras a seus clientes passem de R\$ 1 bilhão por ano.

Mais do que o aparelho, cuja vida útil é bem curta, smartphones carregam dados preciosos dos portadores, principalmente aplicativos de contas bancárias. São situações que mudam as características dos crimes, pois muitos assaltantes tendem a exigir a imediata transferência de valores por Pix, sem contar os golpes cada vez mais frequentes por WhatsApp. A taxa de estelionatos por meio ele-

trônico subiu de 10,8 por cem mil habitantes em 2018, para 64,7 em 2021, segundo o Anuário.

Para o professor Gesner de Oliveira, o seguro do celular deveria incluir cobertura mais estendida, que pudesse abranger todos os riscos, o que tornaria o produto mais útil e popular.

“O roubo de um celular pode significar um desfalque grande na conta-corrente, a realização de compras, entre outras coisas. Exemplos de produtos como o seguro bolsa estendida, seguro Pix e seguro do cartão de crédito parecem ter grande potencial, assim como outras inovações”, afirma o professor da FGV.



BRASIL PRETENDE PROMOVER EDIÇÃO HISTÓRICA DA CONFERÊNCIA DA FIDES

Evento no Rio de Janeiro vai debater temas como inovação, riscos climáticos, aceleração digital e longevidade, para fortalecer seguro.

O Rio de Janeiro será palco, entre os dias 24 e 26 de setembro de 2023, da Conferência Hemisférica da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (Fides). Considerada a principal plataforma ibero-americana de negócios e de relacionamento no setor, a conferência da Fides volta a ser presencial após três anos, em razão da pandemia.

Coube à CNseg a missão de organizar esse evento de grande relevância, que reunirá as principais lideranças e executivos de 20 países membros da América Latina, Estados Unidos e Espanha, além de autoridades e dirigentes de órgãos reguladores. O evento será realizado no Centro de Convenções & Hotéis Windsor.

“Assumo o compromisso de promover uma edição histórica da conferência. Vamos reunir um público altamente qualificado para debater temas como inovação, riscos climáticos, aceleração digital e longevidade para fortalecer o seguro na região”, afirmou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, no lançamento internacional da conferência no Chile, em 7 de novembro.

Na mesma ocasião, o presidente da Fides, Rodrigo Bedoya, salientou que a comunidade de



“Vamos reunir um público altamente qualificado para debater temas como inovação, riscos climáticos, aceleração digital e longevidade para fortalecer o seguro na região.”

Dyogo Oliveira, CNseg

seguros está ansiosa para se reunir novamente, discutir sobre o futuro do setor e projetar tendências para os próximos anos. “Essa conferência será o melhor palco para confraternizar e fazer negócios entre pares do setor, e prevejo que será também a maior e mais extraordinária de todos os tempos”, afirmou ele, destacando a capacidade de organização da CNseg.

VALORIZAÇÃO DO SETOR

Além dos temas técnicos, há ainda outros pontos importantes que irão nortear os debates na conferência. Por exemplo, a intenção de mostrar à sociedade a extrema importância do seguro para o desenvolvimento econômico dos países e sua contribuição para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

“Será um momento especial de valorização do setor”, projetou Dyogo Oliveira, que também preside a Comissão Regional Sul da Fides. Ele lembrou que os mercados de seguros da região têm, em geral, os mesmos problemas e podem buscar juntos as soluções mais pertinentes.

“A Conferência será o cenário mais adequado e qualificado para um grande intercâmbio de



Essa conferência será o melhor palco para confraternizar e fazer negócios entre pares do setor, e prevejo que será também a maior e mais extraordinária de todos os tempos.”

Rodrigo Bedoya, Fides

ideias e troca de experiências, explorando temas para a modernização do setor na América Latina. Será o grande momento para inaugurarmos novas frentes de renovação e de confirmação da posição estratégica do setor para o desenvolvimento econômico na região”, ressaltou Oliveira.

Na avaliação do presidente da Confederação, a firme solidez do setor aumenta sua responsabilidade com a inovação até para estar sempre atento às demandas da sociedade e dos governos. O Brasil deve se destacar nesse cenário, não apenas por ser o anfitrião da Conferência, mas também por liderar o mercado de seguros na América Latina, tanto em receitas como em valores devolvidos à sociedade por meio de indenizações, benefícios ou resgates.

Há ainda as questões regulatórias, quesito em que o Brasil está um passo à frente dos demais mercados regionais. “Vamos apresentar a experiência local e as iniciativas de grande impacto. O Brasil é pioneiro. Somos, por exemplo, um pouco cobaia do experimento chamado *Open Insurance*”, pontuou o presidente da CNseg.

Não por acaso, a agenda da Fides Rio 2023 está alinhada com as diretrizes da CNseg e o posicionamento da entidade no sentido de zelar pela imagem institucional do setor, estimular seu desenvolvimento, promover o intercâmbio entre os mercados regionais e realizar pesquisas e programas de educação em seguros.



PROGRAMAÇÃO AMPLA E DIVERSIFICADA, INSCRIÇÕES JÁ ABERTAS

A programação da Fides Rio 2023 é bastante ampla e diversificada, sustentada por oito pilares: *Open Insurance*, Transformação Digital, Aceleração do Crescimento, Mudanças Climáticas, Questões ASG (Ambiental, Social e Governança), Aperfeiçoamento Regulatório e Ambiente de Negócios, Longevidade e Vida e Cenário Macroeconômico. A organização adianta que o evento terá palestrantes globais, incluindo os maiores especialistas em cada tema debatido.

Já na ExpoFides será possível fazer networking com representantes de seguradoras, resseguradoras e grandes corretores internacionais, além de lideranças empresariais globais, executivos, formadores de opinião e autoridades.

As inscrições para o evento foram abertas no início de novembro e podem ser feitas diretamente no *hotsite* da Conferência, com descontos exclusivos.



O endereço é:
<https://fidesrio2023.com.br/>

Os valores variam de R\$ 2.340 para “acompanhantes” de profissionais inscritos, a R\$ 4.680 no caso dos “observadores” (não afiliados à Associação de Seguros do país de origem e membros da Fides). Já os “delegados” (afiliados à Associação de Seguros país de origem e membros da Fides e resseguradoras filiadas à Fenaber), pagam R\$ 3.640.

Observadores e delegados terão acesso à ExpoFides e às palestras, além do conteúdo dos palestrantes, e receberão o certificado de participação. Já os acompanhantes terão um pacote específico e poderão participar de atividades sociais.

PIB EM RETRAÇÃO E AUMENTO DE IDOSOS IMPACTAM SETOR DE SEGUROS CHILENO

País deve passar por uma nova reforma da Previdência, investir em novos produtos e elevar investimentos em tecnologia para retomar crescimento.

As manifestações populares de 2019 no Chile, as maiores desde a redemocratização, levaram aquele País a um clima de mudanças e incertezas que resultaram na eleição do presidente Gabriel Boric. Como outros setores econômicos, o de seguros sofreu as consequências nesse quadro nacional durante a crise sanitária.

A menor penetração de seguros, tanto em 2020 quanto em 2021, é explicada basicamente pela queda nas vendas de seguros de vida, cujo prêmio médio foi de US\$ 3,8 bilhões entre 2015 e 2019, segundo o vice-presidente executivo da Associação de Seguradoras do Chile (AACH), Jorge Claude.

“Em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia, o prêmio geral teve queda real de 55%, chegando a US\$ 1,6 bilhão”, explicou ele. “Em 2021, embora o volume de prêmios tenha aumentado 3,4%, ainda ficou bem abaixo dos anos anteriores.”

INFLAÇÃO EM ALTA

A inflação do Chile está na casa de dois dígitos, o que não acontecia há 19 anos. Em outubro, o índice ficou em 12,81%, o maior desde 1991 (18,66%). Segundo o executivo, as empresas estão protegidas, já que os valores dos prêmios são associados à taxa da inflação. Mas, no longo prazo, o setor corre riscos de ter quedas no faturamento.

“Os prêmios dos seguros no Chile são reajustados pela inflação. Porém, à medida que a alta dos índices impactar o bolso das famílias, os gastos com seguros passarão a competir com alimentação, saúde e transporte”, ressalta Claude.

Em contrapartida, o Banco Central chileno elevou a taxa de juros para 11,25% para tentar conter o aumento dos preços ao consumidor. O índice é o terceiro maior do Cone Sul, atrás apenas de Argentina e do Brasil. “As taxas mais altas podem representar pensão melhor para



“Os prêmios dos seguros no Chile são reajustados pela inflação. Porém, à medida que a alta dos índices impactar o bolso das famílias, os gastos com seguros passarão a competir com alimentação, saúde e transporte.”

Jorge Claude, AACH



os aposentados. Após atingir taxas de vendas de quase 1,1%, em outubro de 2019, hoje as taxas estão em torno de 3,4%.”

A atual situação econômica deve levar o País a um baixo crescimento do PIB. As previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em novembro, apontam crescimento de 2,1% neste ano. Para 2023, a previsão é de contração de 1,3%. Claude acredita que esses índices afetarão diretamente os seguros.

“A expectativa é encerrar este ano com crescimento de 16,9% — 4,2% para seguros gerais e 26,3% para seguros de vida, alavancado pelas anuidades vitalícias. Já para 2023, projeta-se algo bem mais moderado, de 2,1% para geral, e 4,4% para vida”, informa ele.

As receitas do mercado chileno são dominados pelos seguros de vida, principalmente os de pensão, que representam cerca de 50% do volume comercializado no país. Nos últimos dez anos, os seguros gerais representaram 33% dos prêmios do setor, e os de vida, 67%.

Neste ano, o setor de seguros do Chile teve crescimento nominal de 9%, o segundo maior do Cone Sul. “Considerando a baixa penetra-

ção dos seguros em comparação a países mais desenvolvidos, o potencial do setor é de continuar crescendo.”

AUMENTO DOS IDOSOS

No Chile, o sistema de pensão é controlado pelas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), entidades privadas que recolhem as contribuições dos trabalhadores em contas individuais e administram esse dinheiro. Aí está um ponto de atenção do setor.

Estudo recente do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontou que o Chile caminha para o envelhecimento avançado da população, devido ao declínio persistente da natalidade, à redução da mortalidade entre os jovens e ao aumento da expectativa de vida. Em 1992, as pessoas com mais de 60 anos representavam 9,5% dos chilenos. Até setembro deste ano, já significavam 18,1%. A expectativa é que, em 2050, os idosos sejam 32,1% da população chilena.

“Esse processo levará ao desenvolvimento de novos produtos e à revisão da idade mínima. A oferta de produtos pelos canais digitais

também deve ser revista, dada a menor digitalização desse segmento da população. Da mesma forma, políticas com linguagem clara e simples ajudarão a aproximar esses produtos dos idosos”, salienta Claude.

Paralelamente a isso, o presidente Gabriel Boric propôs uma reforma da Previdência para melhorar os rendimentos da população idosa. Vale ressaltar que esse foi um dos principais temas abordados pelos chilenos nas manifestações de 2019.

A proposta governamental pretende manter a alíquota atual de 10,5% de contribuição dos trabalhadores para as contas individuais, com aumentos graduais de seis pontos percentuais na alíquota em seis anos. O valor seria cobrado também de empregadores e destinado a um fundo comum de seguridade social, que terá ainda aportes do Estado.

As empresas contribuíram com propostas para a reforma e lançaram um novo produto em setembro deste ano, chamado de Renda Vitalícia Escalonada, para aumentar os rendimentos dos aposentados.

MUDANÇAS REGULATÓRIAS

Os desafios futuros do setor de seguros no Chile estão intimamente vinculados a mudanças regulatórias importantes, conforme prevê Jorge Claude. Entre as alterações, destacam-se a implementação do IFRS 17 — normas contábeis internacionais que orientam uma metodologia obrigatória de mensuração e divulgação de contratos — e a criação de um regime similar ao usado pela União Europeia.

“Por um lado, espera-se a pronta aplicação de um modelo de capital baseado no risco, inspirado em parte pela Solvência II, que, embora libere limites de investimento e imponha requisitos de capital, deverá ter impacto na solidez patrimonial das empresas.

Por outro lado, até 2025, a Superintendência de Valores e Seguros, que regula o setor, planeja implementar o IFRS 17, que mudará significativamente a contabilização das seguradoras. A nova Lei das Fintechs, aprovada em outubro, pretende normatizar as empresas que prestam serviços financeiros por meio da tecnologia no País.

IMS: MERCADO AGORA TEM UM FÓRUM DEDICADO PARA CHAMAR DE SEU

Cinco propostas foram destacadas entre os 31 temas apresentados pela iniciativa, que reúne entidades privadas e órgãos regulatórios.

Os cinco subgrupos que compõem a recém-criada Iniciativa do Mercado de Seguros (IMS) pretendem levar ao Governo Federal os primeiros resultados das discussões temáticas que couberam a cada um deles até o fim deste ano. A primeira reunião da IMS, grupo de trabalho inspirado na Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK) e idealizado pelo Ministério da Economia para discutir medidas de incentivo ao setor de seguros, ocorreu em 18 de outubro. A CNseg e as federações participarão de todos os grupos.

A princípio, foram apresentados 31 temas pelos diversos integrantes da iniciativa, que conta tanto com agentes de entidades privadas, quanto de instâncias regulatórias. Inicialmente, cinco foram selecionadas: Garantias, Seguro Garantia, Autorregulação de Corretores de Seguros, Letra de Risco de Seguro (LRS) e Mediação.

A CNseg, por exemplo, ficou responsável por relatar as discussões sobre Garantias. A proposta

da Confederação é a de permitir o uso de reservas da Previdência Privada, assim como as de títulos de Capitalização, como garantia de operações de crédito. A expectativa é de que o uso dos recursos como garantia evite saques dos planos antes do período de aposentadoria.

Hoje, é comum que investidores de Previdência Privada recorram ao dinheiro guardado para compor os recursos necessários à compra de imóveis, por exemplo. No processo, perdem não só a reserva para o futuro, mas também vantagens tributárias.

Tal ação exigiria aprovação por meio de Medida Provisória (MP) ou de Projeto de Lei (PL) para ser implementada, tornando-se um mitigador de risco de crédito, já que contribuiria para a redução dos juros de empréstimos. Como já existem algumas permissões pelo Congresso Nacional nesse sentido, como o uso do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para garantir empréstimo

por um custo mais baixo, a CNseg entende que a matéria pode avançar com facilidade.

A criação da IMS é um capítulo histórico do mercado segurador e uma sinalização de que a atividade começa a ser mais bem entendida como instrumento importante das políticas públicas”, disse o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

A partir da IMS, entende Dyogo Oliveira, será possível discutir problemas e identificar soluções que, no fim das contas, ampliem o alcance do seguro, via regulamentações que fomentem a atividade e aumentem a capacidade competitiva do setor no País.

“Há inúmeros gargalos de proteção que podem ser preenchidos nas diferentes etapas da vida das pessoas e dos negócios, além de desafios extraordinários pela frente, como ônus e bônus da longevidade ou os efeitos das mudanças climáticas, que podem ser endereçados ao setor para mitigá-los e assegurar bem-estar e tranquilidade de todos”, pontuou o presidente da CNseg.



“Este é um capítulo histórico do mercado e uma sinalização de que a atividade começa a ser entendida como instrumento importante das políticas públicas.”

Dyogo Oliveira, CNseg

Para ele, a IMS é uma corrida sem linha de chegada para a crescente incursão do seguro, uma “virada de chave” que demonstrará enormes benefícios ao País. “Portanto, é a primeira vez na história que o mercado segurador passa a

ter um canal dedicado a discutir seus problemas e a identificar soluções”, destacou.

● ● ● APOIO DE ENTIDADES

O Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros da Fundação Getúlio Vargas (IISR/FGV) apoiará a segunda subequipe de trabalho da CNseg tratando também do tema sobre seguro Garantia. O foco do relatório será o aprimoramento regulatório que visa transformar a contragarantia, apresentada em contratos de seguro garantia, em título executivo extrajudicial.

A Susep será responsável por outros dois grupos de trabalho. Um deles tratará das regulamentações relacionadas à Lei 14.430/2022, no que se refere ao papel do agente fiduciário e o outro, da mediação em conflitos que envolvam contratos de seguro.

Por fim, coube à Federação dos Corretores de Seguros (Fenacor), ao Instituto Brasileiro de

Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros e à Escola de Negócios e Seguros (ENS) levar à frente discussões acerca da regulamentação da Lei nº 14.430/2022, no que tange à autorregulação de corretores de seguro e a aspectos atinentes à habilitação desses profissionais.

A expansão e a enorme potencialidade do mercado de seguros nacional motivaram o Ministério da Economia a criar a Iniciativa Mercado de Seguros, que tem seu fundamento baseado na Iniciativa Mercado de Capitais instituída em 2019. O funcionamento de ambos os grupos ocorre da mesma forma: as iniciativas têm equipes de trabalho que se dividem por áreas e/ou temas de interesse e consolidam propostas a serem apresentadas ao Governo Federal, a fim de turbinar a competitividade daqueles setores no País.

O mercado de resseguros esteve na pauta dos itens de trabalho da agenda 2020/2021 da IMK, tamanha sua importância para a economia nacional.

REAL DIGITAL VAI REVOLUCIONAR A CRIAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS

Com lançamento previsto para o ano que vem, a moeda terá lastro e garantia do Banco Central e do Governo e vai impactar o nível de eficiência dos seguros.

O Brasil está prestes a ganhar sua primeira moeda digital, cujo lançamento oficial está previsto para acontecer no segundo semestre de 2023. O Real Digital é amparado no conceito CBDC (Central Banks Digital Currencies) e nada tem a ver com as criptomoe-das que circulam hoje no mercado, a exemplo da Bitcoin. Sua peculiaridade está principalmente no lastro e na garantia do Banco Central (BC) e do Governo brasileiro, como ocorre com o dinheiro físico — o que fará toda a diferença na criação de novos modelos de negócios, inclusive no setor de seguros. A revolução promete ser maior do que a do Pix, indiscutivelmente um sucesso de adesão no País.

O Real Digital está em fase de desenvolvimento desde agosto de 2020, quando o BC organizou um grupo de trabalho para elaborar

estudos sobre a emissão de uma moeda digital pela instituição. A autoridade monetária brasileira criou também o programa Lift (Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas) Challenge, espécie de desafio que reúne empresas para testar possíveis formas de uso da moeda digital: Febraban, *fintechs* e companhias de serviços financeiros. Dos 43 projetos de aplicação apresentados, nove foram escolhidos para acompanhamento pelo BC.

Os projetos incluem uso do Real Digital para entregas contra pagamentos, pagamentos contra pagamentos (relacionados ao câmbio entre moedas), em modelos de negócios que incluem internet das coisas (IoT), além de soluções de pagamentos quando pagador e recebedor ficam sem acesso à internet (*dual offline*).

Ainda não há, no entanto, definições da autoridade monetária quanto a essas aplicações, mas

a intenção é que a moeda virtual tenha uma função para além das transferências de dinheiro de forma instantânea, já exercida hoje plenamente pelo Pix e por recursos bancários, como TED.

Uma informação já é certa: o usuário não será obrigado a ter uma conta bancária para utilizar o Real Digital, que será “guardado” numa carteira virtual. O gerenciamento da transação será feito por algum sistema do governo — provavelmente do próprio BC — diretamente com o cidadão. Essa característica abre espaço para o uso da moeda digital como ferramenta de contratos inteligentes, eliminando a necessidade de intermediários, como bancos ou entidades reguladoras, no processo de uma negociação. Entregas e pagamentos seriam feitos de forma automática por códigos de computador, que executariam as regras definidas pelas partes no acordo.



Os *smart contracts* rodam numa infraestrutura de *blockchain*, e todas as cláusulas contidas neles são gravadas nessa rede. Uma vez que as regras, obrigações e penalidades sejam inseridas, os contratos serão executados de forma automática conforme o que foi combinado.

FACILIDADES

Para o sócio da PwC Brasil, Luis Ruivo, é dessa forma que, a princípio, o setor de seguros poderia se beneficiar da nova estrutura. “A nova modelagem pode facilitar, por exemplo, os seguros *pay per use*, que permitem a oferta de produtos personalizados por meio dos contratos inteligentes em redes de *blockchain*”, explica Ruivo.

Com o Real Digital, acrescenta ele, haveria a possibilidade de pagamento automático

tanto do prêmio quanto do sinistro, de acordo com as regras do contrato, das coberturas e dos riscos envolvidos. Para ele, a grande chave da moeda digital estará no fato de poder ser programável.

“O céu é o limite para isso. Eventos cobertos por seguradoras poderão ser programados em contratos inteligentes e pagos com Real Digital. O nível de eficiência será enorme”, prevê. O fato de a moeda não exigir conta bancária também fará aumentar o número de potenciais usuários de seguros no Brasil. “Essas pessoas poderão ter uma carteira digital e efetuar pagamentos eletrônicos, o que pode aumentar também a capacidade de consumir seguro”.

A sócia e líder da área de Blockchain e Criptomoeda da EY, Thamilla Talarico, diz que o uso do Real Digital em conjunto com a IoT pode gerar diversos benefícios tanto para a



“Eventos cobertos por seguradoras poderão ser programados em contratos inteligentes e pagos com Real Digital. O nível de eficiência será enorme.”

Luis Ruivo, PwC Brasil

seguradora quanto para o segurado: “Imagine um sensor capaz de identificar o volume de inundação em uma plantação. Se a água ultrapassar o limite previsto em contrato, o sensor é capaz de liberar o pagamento do seguro através da moeda digital, de forma totalmente programável e segura”, exemplifica ela, lembrando que a infraestrutura de *blockchain* é algo “incrível” e deve ser explorado com afinco pelo mercado de seguros.

“É possível gerar melhores práticas de negócios, dados qualificados, mais transparência e eficiência. Sem contar a possibilidade de reduzir fraudes em sinistros e a oportunidade de criação de novos produtos de seguros. O mercado segurador precisa estudar o assunto com urgência, de modo a estar preparado para os novos modelos de negócios que vão surgir”.



“O mercado segurador precisa estudar o assunto com urgência, de modo a estar preparado para os novos modelos de negócios que vão surgir.”

Thamilla Talarico, EY

PIX TRAZ OPORTUNIDADES PARA O SETOR DE SEGUROS



Sucesso no Brasil, o Pix surgiu como uma alternativa rápida e gratuita para efetuar pagamentos instantâneos. O diretor de Serviços Financeiros da EY Brasil, Ivan Habe, afirma que, de fato, o método traz oportunidades para diversos setores da economia, incluindo o de seguros.

“Acredito que o Pix pode significar mais um meio de pagamento a custo zero, principalmente para os potenciais consumidores de microsseguros”, exemplifica.

Segundo Habe, as oportunidades de negócios poderão crescer ainda mais quando o Banco Central colocar na praça o projeto do Pix Garantido, que vai permitir aos usuários parcelar suas compras, como numa transação com cartão de crédito. A solução faz parte da agenda evolutiva do BC para o Pix.

“O prêmio normalmente é pago de forma parcelada, que é um costume consolidado entre os consumidores brasileiros. Então, a seguradora terá a chance de remodelar a experiência de seu cliente, por meio de um modelo prático, eficiente e econômico de pagamento”, diz Habe.



“Acredito que o Pix pode significar mais um meio de pagamento a custo zero, principalmente para os potenciais consumidores de microsseguros.”


Ivan Habe, YE Brasil




Em pé, da esquerda para direita: Rafael Barroso Fontelles, Felipe Fonte, Eduardo Mendonça e Karin Khalili Dannemann.
Sentados, da esquerda para direita: Renata Saraiva, Felipe Monnerat e Thiago Magalhães Pires.

ATUAÇÃO ABRANGENTE E ESPECIALIZADA

Administrativo e Regulatório
Arbitragem
Bancário e financeiro
Concorrencial
Constitucional
Consultivo
Consultoria Legislativa
Contencioso Cível e Empresarial
Infraestrutura e transporte
Proteção de dados - LGPD e Compliance
Recuperação e falência
Tecnologia e Direito Digital
Telecomunicações
Trabalhista Empresarial
Tribunais Superiores
Tributário e Fiscal

 bfbmadvogados

 Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados

 bfbmadvogados

Rio de Janeiro
Tel.: 21 2221 1177

São Paulo
Tel.: 11 3078 8589

Brasília
Tel.: 61 3409 1000

SÓCIOS

Ana Paula de Barcellos
André Zanatta
Carmen Tiburcio
Eduardo Mendonça
Eduardo Nunez
Felipe Fonte
Felipe Monnerat Solon de Pontes Rodrigues
Irapuã Santana
Karin Khalili Dannemann
Konstantinos Andreopoulos
Márcio Monteiro Reis
Rafael Barroso Fontelles
Renata Saraiva Verano
Thiago Magalhães Pires

COBERTURA DE VENDAVAL: COMO FUNCIONA E QUANDO CONTRATAR?

[Por: Bianca Rocha

Fotos: Divulgação, banco de imagens Google]

● ● ● Há alguns anos, os ventos estão ficando cada vez mais severos, causando perdas nas cidades e no campo. Para repor prejuízos, o mercado de seguros disponibiliza uma cobertura específica que, segundo o coordenador de Graduações da Escola de Negócios e Seguros (ENS), professor José Varanda, divide-se em quatro modalidades.

No Brasil, a principal delas é a cobertura para “vendaval”, quando o vento alcança velocidade igual ou superior a 54 km/hora. “Nesses casos, a velocidade deve ser devidamente atestada por certidão meteorológica expedida por instituto ou órgão reconhecido e/ou por meio da mídia e/ou pela constatação de danos ocasionados por vendaval a outros imóveis e bens na localidade, no dia do evento”, explica o professor.

Há ainda coberturas para “furação” (de velocidade superior a 120km/hora), “ciclone” (turbilhão em que o ar se precipita em círculos espiralados para dentro de uma área de baixa pressão), e “tornado” (tempestade violenta de vento, em movimento circular, com diâmetro de apenas poucos metros e que aparece em forma de funil).

Varanda informa ainda que os valores do seguro são acessíveis a todas as camadas da população. “Um seguro resi-



“Os seguros residenciais passaram a ser mais demandados (na pandemia), e algumas coberturas adicionais têm integrado boa parte desses seguros.”

José Varanda, ENS

dencial no Rio de Janeiro, com valor segurado de R\$ 20 mil para a cobertura de vendaval, fica em torno de R\$ 100 a R\$ 120 por ano”, exemplifica.

Ele pontua ainda que, durante a pandemia, houve aumento na procura por esse tipo de cobertura, até pelo fato de as pessoas passarem mais tempo em casa, trabalhando em home office. “Os seguros residenciais passaram a ser mais demandados, e algumas coberturas adicionais têm integrado boa parte desses seguros”, afirma Varanda.

As mudanças climáticas igualmente impactaram a demanda e o preço da cobertura de vendaval. “Ao longo do tempo, percebemos um crescimento dessa cobertura e de outras como alagamento e inundação, desmoronamento, chuva de granizo, em razão das mudanças climáticas. Contudo, os preços

dos seguros para vendaval e demais ventos continuam acessíveis”, ressalta.

Para os próximos anos, ele acredita que, com o aumento do volume de perdas causadas pelas mudanças do clima, a contratação de seguros para garantir esses riscos também deve crescer na mesma proporção.

Pós - Graduação em Regulação de Seguros, Saúde Suplementar e Finanças

Estude com expoentes do Direito e do ensino em Seguros

📶 ONLINE - AULAS AO VIVO 📅 INÍCIO: 23/3/23 📍 TERÇAS E QUINTAS: 19H ÀS 21H



Me. Dyogo Oliveira
Professor



Dra. Angélica Carlini
Coordenadora Acadêmica



Dr. Manuel Gustavo
Professor



Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva
Coordenador Científico



Me. Sandro Leal
Professor



Dra. Amanda Flávio
Professora



Dr. Marco Ruzene
Professor



INSCREVA-SE
mba.ens.edu.br
0800 025 3322



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.

REVISTA DE SEGUROS | 49

38ª CONFERÊNCIA HEMISFÉRICA DE SEGUROS



 **24 a 26 de Setembro**

 Centro de Convenções & Hotéis Windsor
Rio de Janeiro/RJ

A sua oportunidade de ficar frente a frente com lideranças empresariais globais, executivos, formadores de opinião e autoridades, conhecer as tendências e transformações do mercado segurador, além de explorar uma ampla agenda de negócios e atividades esportivas

INSCRIÇÕES ABERTAS

Garanta sua vaga antecipada com condições especiais.

Acesse: www.fidesrio2023.com.br